



UNIVERSIDADE EVANGÉLICA DE GOIÁS - ANÁPOLIS

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE
(PPSTMA)**

EDUCAÇÃO AMBIENTAL POLÍTICAS E PRÁTICAS EDUCATIVAS

ALESSANDRA LIMA PIRES

ANÁPOLIS – GO
2022

ALESSANDRA LIMA PIRES

EDUCAÇÃO AMBIENTAL POLÍTICAS E PRÁTICAS EDUCATIVAS

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente do Centro Universitário de Anápolis UniEVANGÉLICA, para obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais. Área de Concentração: Tecnologia e Meio Ambiente.
Orientador: Prof. Drº. Francisco Itami Campos.**

ANÁPOLIS – GO
2022

P667

Pires, Alessandra Lima.

Educação ambiental políticas e práticas educativas / Alessandra Lima Pires - Anápolis: Universidade Evangélica de Goiás, 2022.
73 p.; il.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Itami Campos

Dissertação (mestrado) - Programa de pós-graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente - Universidade Evangélica de Goiás, 2022.

1. Meio Ambiente 2. Aprendizagem 3. Educação Ambiental
I. Campos, Francisco Itami II. Título

CDU 504



FOLHA DE APROVAÇÃO
AGENDA AMBIENTAL
EDUCAÇÃO AMBIENTAL
POLÍTICAS E PRÁTICAS EDUCATIVAS
Alessandra Lima Pires

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente/PPGSTMA da Universidade Evangélica de Goiás/ UniEVANGÉLICA como requisito parcial à obtenção do grau de MESTRE.

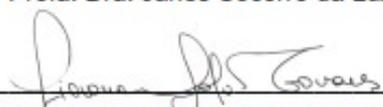
Aprovado em 16 de novembro de 2022.



Prof. Dr. Francisco Kámi Campos



Profa. Dra. Janes Socorro da Luz



Profa. Dra. Giovana Galvão Tavares

A meus pais, Deomar Lima Pires e Maria Divina Pires pelo amor, apoio e respeito sempre presentes em minha trajetória em projetos pessoais e profissionais, pois sem essa base familiar eu não teria obtido tantas realizações e conquistas. Dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que se faz sempre presente em todos os momentos da minha vida e por me proporcionar a oportunidade, empenho e cuidado para comemorar com êxito a certeza de muito esforço esta vitória.

Ao professor Dr. Francisco Itami Campos pela orientação, paciência e aprendizado.

Aos professores e colegas do Mestrado em Ciências Ambientais do Programa de Pós-graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente da UniEVANGÉLICA,

Universidade Evangélica de Goiás – Anápolis.

Às minhas irmãs; Édna Lima Pires, Adriana Lima Pires e minha sobrinha; Geovana Divina Pires D' Além, pelo apoio, amizade e incentivo e por segurar as pontas quando eu estava ausente.

Aos meus alunos da Instituição de ensino onde trabalho.

À diretora da Escola Municipal Afonsina Mendes do Carmo, Cíntya de Fátima Leite, pela força, incentivo e reconhecimento.

As minhas colegas e amigas que sempre pude contar para me substituir no trabalho, executando com muito carinho, dedicação e acima de tudo muito amor dedicado, os planos que eu deixava para que elas executassem quando me fazia ausente, por estar em aulas fazendo algumas disciplinas que às vezes chocavam de horários e as mesmas os executava de forma brilhante.

A todos os colegas de trabalho, que de alguma forma torceram por mim.

E agradeço até pelas pessoas difíceis que tive que enfrentar durante essa longa jornada, pois com elas pude aprender até como eu não devo ser e agir nas mais variadas situações.

A todas as pessoas que de alguma forma torceram, confiaram e acreditaram no meu potencial como pessoa e profissional.

Muito obrigada!

“O objetivo principal nas escolas deveria ser a formação de homens e mulheres que são capazes de fazer coisas novas, e não simplesmente de repetir o que outras gerações fizeram; homens e mulheres que são criativos, inventivos e descobridores, que podem ser críticos, verificar, e não aceitar, tudo que lhes é oferecido”.

Jean Piaget

EDUCAÇÃO AMBIENTAL POLÍTICAS E PRÁTICAS EDUCATIVAS

Alessandra Lima Pires ¹

RESUMO

Este trabalho tem por finalidade conhecer, investigar e analisar como o processo de ensino - aprendizagem poderá influenciar a consciência de uma preservação ambiental cada vez mais sólida. Pretende-se destacar o papel do professor no fortalecimento da consciência ambiental do indivíduo, também a importância de como a escola trabalha a questão da educação ambiental, favorecendo aprendizagens significativas. A presente dissertação utiliza-se de metodologia qualitativa, análise bibliográfica e documental que permitam uma elaboração teórica da temática, assim como observar como a escola de ensino fundamental brasileira, no município de Anápolis-GO, trabalha as questões ambientais. Enfim, o trabalho procura demonstrar a importância da Educação Ambiental, como uma política pública que se realiza em escolas municipais com projetos voltados para o meio ambiente e para a formação de cidadãos.

Palavras-chave: Meio Ambiente, Aprendizagem, Educação Ambiental.

ABSTRACT

This work aims to know, investigate and analyze how the teaching-learning process can influence the awareness of an increasingly solid environmental preservation. It is intended to highlight the role of the teacher in strengthening the individual's environmental awareness, highlighting the importance of what and how the school works the environmental issue favoring meaningful learning. The present dissertation uses a qualitative bibliographical and documentary methodology that allows observing what and how the Brazilian elementary school in the municipality of Anápolis-GO works in relation to environmental issues, as well as the formation of citizens critical to environmental education.

Keywords: Environment, Learning, Environmental Education.

"O processo de ensino-aprendizagem inclui sempre aquele que aprende, aquele que ensina e a relação entre essas pessoas". (Vygotsky)

¹ Alessandra Lima Pires, Professora da Rede Municipal de Ensino Fundamental em Anápolis – GO, nível PIV, Pedagoga, Psicopedagoga Clínica e Institucional, Mestranda do curso de Mestrado do Universidade Evangélica de Goiás, Mestrado em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente 2017.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: PÁTIO DA INSTITUIÇÃO “A” EM 2019	35
FIGURA 2: PÁTIO DA INSTITUIÇÃO “B” EM 2019.....	35
FIGURA 3:SALA DE AULA DA INSTITUIÇÃO “A” EM 2019.....	35
FIGURA 4:SALA DE AULA DA INSTITUIÇÃO “B” EM 2019.....	35
FIGURA 5:ESPAÇO CIMENTADO NA INSTITUIÇÃO “A” EM 2019	36
FIGURA 6:PEQUENA PARTE CIMENTADA NA INSTITUIÇÃO “B”.....	36
FIGURA 7: PLANTAS EM GARRAFAS PETS PRÓXIMAS À SALA DA COORDENAÇÃO NA INSTITUIÇÃO “B” EM 2019	37
FIGURA 8: UMA PEQUENA ÁREA VERDE EXISTENTE NA INSTITUIÇÃO “B” SITUADA NA ENTRADA, LOGO ADIANTE É POSSÍVEL NOTAR A PEQUENA ÁREA DESTINADA À PRÁTICA DE ALGUMAS ATIVIDADES FÍSICAS.	37
FIGURA 9: EXPERIÊNCIA DO FEIJÃO PLANTADO, NO ALGODÃO NA INSTITUIÇÃO “A” EM 2018...38	
FIGURA 10: PAINEL DA FEIRA DE CIÊNCIAS NA INSTITUIÇÃO “A” EM 2018.....	38
FIGURA 11 EXPOSIÇÃO DA FEIRA DE CIÊNCIAS NA INSTITUIÇÃO “A” EM 2018	39
FIGURA 12 PLANTIO E CULTIVO DE MUDAS DE FLORES COM O PROJETO HORTA NA ESCOLA NA INSTITUIÇÃO “A”, EM 2018.....	39
FIGURA 13: PROJETO HORTA NA ESCOLA; PLANTIO E CUIDADOS COM AS MUDAS NO VASO ANTI- DENGUE, NA INSTITUIÇÃO “A”, EM 2018.....	39
FIGURA 14: EXPERIÊNCIA DA DEMONSTRAÇÃO DE UMA SIMULAÇÃO DE ERUPÇÃO DE UM VULCÃO EM ERUPÇÃO, NA INSTITUIÇÃO “A” EM 2018.	39
FIGURA 15: REPELENTE FEITO PELA PROFESSORA E ALUNOS NA INSTITUIÇÃO “A” EM 2018	39
FIGURA 16: BEBEDOURO DE ÁGUA PARA OS ALUNOS, PRÓXIMO AO PÁTIO COBERTO NA INSTITUIÇÃO “B” EM 2019.	40
FIGURA 17: CARDÁPIO FIXADO PRÓXIMO À COZINHA NA INSTITUIÇÃO “B”.....	40
FIGURA 18: COPOS PLÁSTICOS ONDE É SERVIDO O LANCHE PARA OS ALUNOS NA INSTITUIÇÃO “A” EM 2019.	40
FIGURA 19: COPOS PLÁSTICOS ONDE É SERVIDO O LANCHE PARA OS ALUNOS NA INSTITUIÇÃO “B”.....	40
FIGURA 20:PROJETO DE HORTA SUSPensa NA INSTITUIÇÃO “B”, EM 2019	40
FIGURA21:HORTA SUSPensa NA INSTITUIÇÃO “B”, EM 2019.....	40
FIGURA 22: EXPOSIÇÃO DE TRABALHOS NA INSTITUIÇÃO “A”, EM 2018	41
FIGURA 23: EXPOSIÇÃO DE TRABALHOS NA INSTITUIÇÃO “A EM 2018	41

FIGURA 24: LIXEIRAS EM CADA SALA NA INSTITUIÇÃO “A”	42
FIGURA 25: LIXEIRAS EM CADA SALA NA INSTITUIÇÃO “B”	42
FIGURA 26: FILTRO NA SALA DOS PROFESSORES NA INSTITUIÇÃO “A”, EM 2019.....	43
FIGURA 27: FILTRO NA SALA DOS PROFESSORES NA INSTITUIÇÃO “B”, EM 2019	43
FIGURA 28: GARRAFINHA COM ÁGUA UTILIZADA POR UM FUNCIONÁRIO NA INSTITUIÇÃO “A” EM 2019.....	43
FIGURA 29: SALA DO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA NA INSTITUIÇÃO “A”, EM 2019	43
FIGURA 30: SALA DO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA NA INSTITUIÇÃO “B”, EM 2019	43
FIGURA 31: PROJETO BULLYING NÃO É BRINCADEIRA NA INSTITUIÇÃO “A” EM 2018. (FRENTE).	45
FIGURA 32: PROJETO BULLYING NÃO É BRINCADEIRA NA INSTITUIÇÃO “A” EM 2018. (VERSO).	45
FIGURA 33: PRATICAR OS 5R’S – ADAPTAÇÃO DO BLOG DO LIXO (2021)	45
FIGURA 34: PROJETO: TAMPAMANIA, IMAGEM EXPOSTA EM UM CARTÓRIO DE ANÁPOLIS GOIÁS	46
FIGURA 35: CONVITE PARA O DIA D.....	47
FIGURA 36: PONTO DE COLETA DE LIXO ELETRÔNICO NA INSTITUIÇÃO “B”: GRUPO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (GPA)	47

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - PROJETOS TRABALHADOS QUE ABORDAM À TEMÁTICA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	30
QUADRO 2 - PROJETOS TRABALHADOS ABORDANDO OS TEMAS TRANSVERSAIS.....	30
QUADRO 3 - PROJETOS TRABALHADOS ABORDANDO UM TEMA EM CADA MÊS	34
QUADRO 4 - TEMAS GERAIS QUE FORAM TRABALHADOS NAS INSTITUIÇÕES “A” E “B” ENTRE OS ANOS DE 2017-2019	34
QUADRO 5 - PROJETOS E AÇÕES QUE A ESCOLA TRABALHA ENVOLVENDO O MEIO AMBIENTE. ESCOLA “A” E ESCOLA “B”	61
QUADRO 6 - PROJETOS INSTITUCIONAIS DAS ESCOLAS “A”E“B”	62
QUADRO 7 - PROJETOS QUE AS INSTITUIÇÕES PESQUISADAS TRABALHAM, QUE SE REFEREM À EDUCAÇÃO AMBIENTAL	64
QUADRO 8 - DADOS DO CENSO/2018 INSTITUIÇÃO “A”	66
QUADRO 9 - ÍNDICE DO IDEB DA INSTITUIÇÃO “A”	67
QUADRO 10 - DADOS DO CENSO/2018 INSTITUIÇÃO “B”	68
QUADRO 11 - ÍNDICE DO IDEB DA INSTITUIÇÃO “B”	69

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
METODOLOGIA.....	14
1. CAPÍTULO 1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO POLÍTICA PÚBLICA (1960 a 2006)	16
1.1. Política Estadual de Educação Ambiental (1989 a 2009).....	20
2. CAPÍTULO 2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO PRÁTICA EDUCATIVA. (1994 a 2022).....	22
2.1. A Educação Ambiental em Anápolis (2017 a 2022).....	27
3. CAPÍTULO 3. EDUCAÇÃO AMBIENTAL DESENVOLVIDA EM ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL EM ANÁPOLIS - INSTITUIÇÃO “A” E INSTITUIÇÃO “B”. (2017 a 2022).....	29
3.1. A Escola “A”.....	32
3.2. A Escola “B”.....	33
3.3. Documentação Fotográfica.....	33
3.3.1. Visão das Duas Intituições.....	33
3.3.2. Transformações de Algumas Ações em Práticas.....	36
3.4. Resultados das Observações Realizadas nas intituições “A” e “B”.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:.....	55
APÊNDICES.....	61
Apêndice A.....	61
Apêndice B.....	62
Apêndice C.....	64
Apêndice D.....	66
Apêndice E.....	67
Apêndice F.....	68
Apêndice G.....	69
ANEXOS.....	70
Anexo 1 - Código de Meio Ambiente de Anápolis-GO 2019.....	70

INTRODUÇÃO

A questão ambiental tem se apresentado como problema, sendo que desde a década 1960 passou a merecer a atenção de organismos internacionais e de pesquisadores que apontavam a mudança climática e o aquecimento global como problemas, evidenciando seus desdobramentos em diferentes regiões, afetando os mares, a biodiversidade, enfim a condição do Planeta.

Essa conjunção de problemas, oriundos da crise ambiental, fez com que o mundo fosse despertando para a questão ambiental. E a partir da década de 1970 a Organização das Nações Unidas (ONU) torna-se protagonista da temática, promovendo conferências e debates que foram levando a preocupação aos Estados Nacionais, resultando em políticas públicas e em diferentes formas de intervenções estatais.

Este trabalho caminha nesta direção, pois a partir de dado momento, conferências foram realizadas tendo a temática da educação ambiental como eixo, especialmente Tbilisi, na Geórgia (1977).

Na continuidade, o Estado brasileiro, seguindo essa orientação, passa a estabelecer políticas públicas ambientais, particularmente as que se destinam a normatizar a educação ambiental, em 27 de abril de 1999, surge a Lei nº 9.795 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002.

A partir de então, as normativas se desdobram na criação do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), cabendo aos Ministério de Educação (MEC) e de Meio Ambiente (MMA) a implantação de programas e projetos em diferentes setores e organizações, de forma a tornar a educação ambiental um mecanismo de ação e de formação de uma nova consciência ambiental.

Nessa perspectiva, a PNEA e o ProNEA estabelecem parâmetros para que Estados e Municípios também desenvolvam ações na área de educação com destaque para questões ambientais, tornando-se, dessa forma, a educação ambiental ferramenta importante para a divulgação e conscientização de questões e problemas ambientais.

Assim, objetivou-se pesquisar como se desenvolve a educação ambiental no espaço escolar, quais as propostas e como professores e alunos se envolvem com a questão ambiental. Procurou-se identificar os fatores relevantes que contribuem de forma positiva para o processo de ensino aprendizagem do aluno, levando-se em consideração o meio ambiente no qual está inserido, ao mesmo tempo procurando ver a importância de discussões relacionadas ao meio ambiente, na perspectiva da educação ambiental. Daí a opção de

pesquisar o desenvolvimento de projetos, voltados para o meio ambiente, em escolas de Anápolis, Goiás.

O trabalho procura destacar o desdobramento da política pública de educação ambiental no Estado de Goiás que, embora siga as normas estabelecidas pela lei federal, traz/deve trazer particularidades regionais necessárias à implantação da política.

O mesmo procedimento procurou-se ter com a forma como a educação ambiental é trabalhada no município de Anápolis. Numa verticalização que o federalismo brasileiro tem, sendo o município onde se situam as escolas e as práticas educacionais acontecem.

Mesmo diante de um cenário, de tempos muito difíceis devido à pandemia de coronavírus (COVID-19), que afetou a humanidade não só do Brasil, mas mundialmente, presenciou-se bastante inseguranças, onde todos deve-se seguir todas as recomendações da OMS (Organização Mundial de Saúde), com o distanciamento social, utilizando o uso de máscaras e respeitando todas as regras de distanciamento social, tentou-se realizar o relevante trabalho, buscando dar ênfase à Educação Ambiental.

METODOLOGIA

Utilizou-se da metodologia qualitativa. Foram em Anápolis selecionadas duas escolas como objeto da pesquisa. Foram adotados alguns critérios para a escolha das escolas a serem pesquisadas, foram escolhidas duas escolas do ensino fundamental da rede municipal de Anápolis Goiás, sendo tratadas no trabalho como a Instituição “A” e a Instituição “B”. A Instituição “A”, por ser uma instituição situada na periferia, ou seja, em um bairro misto da cidade, onde a pesquisadora já conhecia alguns aspectos e características da comunidade; e também por observar que é uma escola onde acolhe bem novos projetos e pesquisadores; e a Instituição “B”, por ser uma Instituição também periférica, porém mais centralizada, ou seja, situada mais próxima ao centro da cidade, fazendo assim um paralelo entre as duas realidades. E também por observar que é uma escola aberta à novas ideias, desafios e acolhe bem os projetos inovadores e permite receber pesquisadores comprometidos com o bem comum da comunidade e sociedade em geral.

Tendo presente a política e seus desdobramentos, o estudo da temática foi feito a partir de leituras em artigos e livros, consultas à legislação pertinente, bem como levantamento de informações na Secretaria Municipal de Educação de Anápolis. E, selecionadas as escolas, as informações e dados delas foram buscados. Na sequência, programou-se observações com dirigentes e professores das escolas selecionadas como subsídio à avaliação do trabalho que é desenvolvido como prática de educação ambiental nas referidas escolas.

O nome das instituições e das pessoas que colaboraram com a pesquisa serão mantidos em segredo.

No primeiro capítulo, o trabalho aborda a Educação Ambiental como uma Política Pública. Destacando algumas leis e conferências importantes no que diz respeito ao tema Educação ambiental. Destacando o que diz sobre o tema; Educação Ambiental, de acordo com a constituição de 1.989. Onde destaca-se que; todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como à sadia qualidade de vida.

No segundo capítulo, o trabalho descreve um pouco sobre as políticas estaduais de educação ambiental, destacando alguns pontos fundamentais, fazendo referências à atuação do ProNEA (Programa Nacional de Educação Ambiental), é de fundamental importância ressaltar que ProNEA, é considerado um programa de âmbito nacional, porém isso não significa que sua implementação seja exclusivamente do poder público federal, pelo contrário,

são todos os seguimentos sociais e esferas de governo que são corresponsáveis pela sua aplicação, bem como execução, o monitoramento e avaliação.

No terceiro capítulo, destaca alguns pontos sobre como acontece a Educação Ambiental em duas instituições, ou seja, escolas do ensino fundamental da rede municipal de Anápolis Goiás chamadas como Instituição “A” e Instituição “B”. Fazendo assim, ainda observações minuciosas, uma documentação fotográfica, como um paralelo às duas instituições pesquisadas, observações, leitura e análises de documentos que regem o ensino. Destacando pontos de extrema importância no que diz respeito à Educação Ambiental, investigando o que e como são trabalhadas às questões relacionadas com a Educação Ambiental no âmbito escolar.

CAPÍTULO 1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO POLÍTICA PÚBLICA (1960 a 2006)

A questão ambiental apresentou-se nas décadas de 1960 e 1970 como problema diante da perspectiva de aquecimento global e de tantos outros problemas ambientais. Nesta direção, ambientalistas, estudiosos da ecologia e do desenvolvimento passaram a alertar para as consequências da crise ambiental a nível de Planeta.

No início da década de 1970, os desdobramentos vão acontecendo. A Organização das Nações Unidas (ONU) cria um Programa de Meio Ambiente (PNUMA) que a partir de então assume destacado papel, realizando conferências sobre temáticas ambientais. Em 1972, foi realizada em Estocolmo (Suécia) a 1ª Conferência sobre Mudança Climática (COP) que resultou no importante Relatório Brundtland, também conhecido por “Nosso Futuro Comum”, publicado em 1987.

O referido relatório, Brundtland traz, além do destaque de que o planeta Terra é um sistema integrado em que tudo se interconecta, o alerta do aquecimento global e da consequente mudança climática. Alerta, também, que na forma como a ação humana interfere sobre a natureza, o futuro da humanidade tende a ser trágico, com um previsível aquecimento global de 2,5°C na temperatura da Terra, ainda no século vinte.

Também em 1972, o movimento ambientalista, chamado Clube de Roma, publica o relatório; “Limites do Crescimento”, no qual questiona a tendência de crescimento da produção e da população da Terra, diante do possível colapso das condições naturais, sugerindo cenários prováveis para o futuro.

Vale ressaltar que ambos relatórios – ‘Nosso Futuro Comum’ e “Limites do Crescimento” - trazem para o debate a proposta de ‘desenvolvimento sustentável’, entendido como o desenvolvimento que procura atender às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades.

Pois bem, tem sido nesta direção que a intervenção da ONU vem acontecendo desde a década de 1970 e que as conferências climáticas e outras atividades semelhantes apelam para a intervenção dos Estados Nacionais com o objetivo de, através de políticas públicas, reverter os efeitos do aquecimento global, da mudança climática. O Estado passou a ter importância no estabelecimento de políticas públicas.

O Estado Moderno, instituição que se destaca a partir do fim da Idade Média, embora tenha tido uma formação diversa, possui características comuns -

‘poder coercitivo, que exige o monopólio da força física;
 ‘poder jurisdicional, que dá autoridade de fazer leis, para aplicá-las e para julgar;
 ‘poder de impor tributos.
 (BOBBIO,1987, apud, CAMPOS, 2005, p. 61)

Essa condição de soberania permitiu ao Estado tornar-se uma instituição que passou a ter como seu súdito todos os cidadãos de seu território, sendo legalmente obrigados a obedecer às suas regras, suas leis. No mundo moderno, com a constitucionalização dos regimes, a participação popular e o destaque do parlamento; consolidando a forma democrática de Estado, tem-se cada vez mais ações que envolvam os organismos de Estado e setores sociais, ou seja, políticas de natureza públicas – Estado Social.

A característica básica da política pública é apresentar-se como programa de ação, em que o Estado, articulado com setores da sociedade, movimentando a máquina do governo para realizar algum objetivo de ordem pública. (BUCCI, 2006. P. 14)

O Brasil tem tido um destacado papel em diversas Conferências do Clima, estando sempre presente e participando, também como local das conferências. Daí a política pública ambiental brasileira ter iniciado ainda no Regime Militar com a Lei nº 6.938/1981 que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). A partir de então, foram sendo estabelecidas diversas outras políticas no âmbito federal, constituindo-se em reconhecida política pública ambiental nacional.

Vale destacar que o debate da questão ambiental passou a envolver outras áreas. Em 1977, a UNESCO e o Programa de Meio Ambiente da ONU (PNUMA), em parceria, realizaram a Conferência Tbilisi, Geórgia (na antiga União Soviética), e que teve como tema a Educação Ambiental.

Na Conferência de Tbilisi, foi enfatizado que o processo educativo deveria ser orientado para a solução dos problemas concretos do meio ambiente, através de enfoques interdisciplinares e, de participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade. (Conferência de Tbilisi)

A Conferência de Tbilisi tornou-se referência para a estruturação de políticas públicas capazes de estruturar a educação ambiental. Foram muitas recomendações estabelecidas, merece apresentar as finalidades da educação ambiental propostas em Tbilisi;

- 1.Promover a compreensão da existência e da importância da interdependência econômica, social, política e ecológica.
- 2.Proporcionar a todas as pessoas a possibilidade de adquirir os conhecimentos, o sentido dos valores, o interesse ativo e as atitudes necessárias para protegerem e melhorarem o meio ambiente.
- 3.Induzir novas formas de conduta nos indivíduos e na sociedade a respeito do meio ambiente.

Pois bem, a partir de Conferência a educação ambiental mereceu destaque, sendo objeto de atenção, trazendo propostas para a criação de um movimento em que o meio ambiente seja mais conhecido e referenciado.

Logo em seguida, a Constituição Federal (1988) trata da questão ambiental no Artigo 225, Título VIII (Da Ordem Social), Capítulo VI (Do Meio Ambiente) tornando explícita a importância da temática quando afirma:

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as futuras gerações”. (Art. 225º).

E, em seguida, estabelece elementos para que se definam as políticas públicas. Valendo destacar que em seu item VI do parágrafo 1º, torna claro – “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização política para a preservação do meio ambiente”. (§ 1º, item VI, Constituição Federal, 1988).

Anos depois, foi sancionada a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 que dispõe sobre a educação ambiental, criando, então, a Política Nacional de Educação Ambiental. Em seu Artigo 1º, a Lei 9.795/1999 assim define educação ambiental –

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (Lei 9.795/ 1999).

Em seguida demarca a importância da temática para a educação brasileira, estabelecendo no Artigo 2º:

A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. (Lei 9.795/1999)

E, define em seu Artigo 4º os princípios básicos da educação ambiental, quais sejam:

- I – O enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- II – A concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- III – O pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV – A vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V – A garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI – A permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII – A abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII – O reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural. (Lei 9.795/ 1999).

E, no Artigo 6º, enfaticamente, define - É instituída a Política Nacional de Educação Ambiental.

Em seguida, essa referida Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 29 de junho de 2002 que em seu Art. 1º define os caminhos da execução da PNEA;

A Política Nacional de Educação Ambiental será executada pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, pelas instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, pelos órgãos públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, envolvendo entidades não governamentais, entidades de classe, meios de comunicação e demais segmentos da sociedade. (Decreto 4281/2002)

Além disso, estabelece no Art. 2º os Ministérios do Meio Ambiente e da Educação como Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental

Além disso, institui o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) envolve as instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino da União, dos Estados e dos Municípios. O ProNEA, tem sua execução e desdobramentos regulamentados através da referida Lei, bem como pelo Decreto nº 4.281/2002, que também especifica o Órgão Gestor, responsável pela Coordenação da Política Nacional de Educação Ambiental.

O Programa Nacional de Educação Ambiental é coordenado pelo órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, o Ministério do Meio Ambiente. Suas ações destinam-se a assegurar, no âmbito educativo, a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade – ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política – ao desenvolvimento do País, resultando em melhor qualidade de vida para toda a população brasileira, por intermédio do envolvimento e participação social na proteção e conservação ambiental e da manutenção dessas condições ao longo prazo.

Com a regulamentação da Política Nacional de Educação Ambiental, o ProNEA compartilha a missão de Fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), por intermédio do qual a PNEA deve ser executada, em sinergia com as demais políticas federais, estaduais e municipais de governo.

Considerando-se a Educação Ambiental como um dos elementos fundamentais da gestão ambiental, o ProNEA desempenha um importante papel na orientação de agentes públicos e privados para a reflexão e construção de alternativas que almejem a Sustentabilidade.

Nesta perspectiva de sinergia, as políticas públicas federais se desdobram nos estados e municípios, seja em razão do ProNEA e SISNAMA, seja porque estados e municípios, seguindo as diretrizes políticas federais, passaram a estabelecer suas políticas.

1.1. POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. (1989 a 2009)

O Estado de Goiás em sua Constituição de 1989 esboça o que pode ser considerado uma política pública ambiental. No Título V - Da Justiça e da Defesa da Sociedade, em seu Capítulo V - Da proteção dos recursos naturais e da preservação do meio ambiente, importantes recomendações. Em seu artigo 127, expõe:

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo. (Goiás. Constituição 1989, Art. 127)

Importante destacar que no parágrafo 1º, item III do Art. 127, trata da educação ambiental, afirmando que cabe ao Poder Público:

“- inserir a educação ambiental em todos os níveis de ensino, promover a conscientização pública para a preservação do meio ambiente e estimular práticas conservacionistas.”

Além do Artigo 127, na Constituição Estadual sobre a temática ambiental constam os artigos 128, 129, 130, 131 e 132 que demarcam importantes diretrizes de uma política pública ambiental ‘para garantir a diversidade ambiental’, para ‘criação de unidades de conservação’, para prevenção de poluição ambiental’.

E adiante, no Título VI – Da ordem econômica e social, traz em uma Seção – Dos recursos hídricos e minerais, artigo 140, a indicação de que “o Estado elaborará e manterá atualizado o Plano Estadual de Recursos Hídricos e Minerais (...) (Constituição 1989).

Posteriormente, por decreto nº 6.375, de 16 de fevereiro de 2006, o governo goiano, após afirmar que a Constituição Estadual ‘assegura que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado’ afirma em seu Art. 1º a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado de Goiás, vinculada à Secretaria de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos.

Por seu turno, em 2009, o Estado de Goiás, através da Lei nº 16.586, de 16 de junho de 2009, “dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Estadual de Educação Ambiental e dá outras providências”. Lei que de certa forma repete o conteúdo da Lei 9.795/1999, avançando na instituição da Política Estadual de Educação Ambiental em que tornam claras as práticas da educação ambiental, através do ensino formal e da educação ambiental não formal. Ambiente.

Em seu Artigo 3º, a Lei 16.586/2009, define que

“A educação ambiental é um componente essencial e permanente do processo educativo, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os seus níveis e modalidades, em caráter formal e não-formal. (Goiás, Lei 16.586)

Em seguida, no artigo 4º, define os princípios básicos da Educação Ambiental.

Novamente, em 2013, o governo estadual, por decreto nº 7.821, de 05 de março de 2013. institui o programa estadual de educação ambiental, em seu Artigo 1º.

E, no Artigo 4º, do decreto 7.821/2013, institui o Programa Estadual de Educação Ambiental,

Estabelecendo que

Ela ‘seguirá os princípios norteadores do Programa Nacional de Educação Ambiental –PRONEA-, da Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA – e da Política Estadual de Educação Ambiental – PEEA/GO.’” (Goiás, Decreto nº 7.821/2013.

O ProNEA (Programa Nacional de Educação Ambiental), é de fundamental importância ressaltar que este, é considerado um programa de âmbito nacional, porém isso não significa que sua implementação seja exclusivamente do poder público federal, pelo contrário, são todos os seguimentos sociais e esferas de governo, que são corresponsáveis pela sua aplicação, bem como execução, o monitoramento e avaliação. Cabendo reconhecer que o estado está em permanente construção, em coerência com o delineamento das bases teóricas e metodológicas da Educação Ambiental no Brasil.

A diretoria de Educação Ambiental do MMA (Ministério do Meio Ambiente), a coordenação geral de Educação Ambiental do Mec e o órgão gestor entendem que seja necessário prever uma estratégia de planejamento incremental e articulada, que permita visitar com frequência os seus objetivos e estratégias, para seu constante aprimoramento, por meio dos aprendizados sistematizados e dos redirecionamentos democraticamente pactuados entre todos os parceiros envolvidos. Mas sem renunciar à formulação e APRESENTAÇÃO E PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - ProNEA 16 à enunciação de seus objetivos e sem abandonar as diretrizes e os princípios que balizam as ações em educação ambiental no governo federal.

Então, nesse sentido, a expectativa visa estabelecer uma periodicidade para revisões futuras do ProNEA – objetivando seu aperfeiçoamento constante - em espaços que possibilitem o debate democrático e a construção participativa, a exemplo do Fórum Brasileiro de Educação Ambiental.

CAPÍTULO 2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO PRÁTICA EDUCATIVA. (1994 a 2022)

Acreditando que, estudar o meio ambiente requer muito conhecimento tanto de fatores abióticos como os bióticos do meio. Como abióticos pode-se entender o conjunto de influências ambientais a que os organismos estão sujeitos, físicos, químicos e biológicos, como a luz, a temperatura etc. E bióticos, são todos os organismos vivos presentes. Porém é importante ressaltar que nem um é menos importante que o outro. Ao se falar estritamente na relação ser humano e natureza, surgem diversas áreas com fins de estudar o seu inter-relacionamento.

O homem já deixou de ser mero aspecto da biogeografia (simples unidade de um ecossistema), para se tornar cada vez mais um elemento afastado do meio físico e biológico em que vive. Quando se tornar capaz de fabricar ou sintetizar alimentos de matérias inorgânicas – perspectiva que não é improvável -, um vínculo basilar, o do homem com a terra viva, estará rompido. (DREW, 1994).

Considerando que, o ser humano faz parte do meio ambiente assim como todas as espécies de vida existentes no planeta. E a educação ambiental por sua vez se torna indispensável à vida e à preservação de todas as espécies de vidas existentes em diferentes ambientes. Pois através de uma educação ambiental bem elaborada, planejada e sistematizada os indivíduos poderão agir criando hábitos de preservação e valorização à vida.

A introdução da Educação Ambiental na escola supõe uma modificação na própria concepção da educação, provocando assim uma revolução pedagógica (REIGOTA, 2009). Ou seja, pensar em educação ambiental é pensar em um mundo melhor onde as pessoas tenham direito a um ambiente saudável, uma vida saudável.

Os conteúdos referentes à educação ambiental são para ser inclusos nos currículos escolares e de maneira interdisciplinar e transversal. Interdisciplinarmente envolverá várias áreas do conhecimento, o que facilitará a compreensão do todo e, transversalmente, dividirá as responsabilidades entre as diversas áreas do conhecimento. Assim,

Na educação escolar ambiental deve-se enfatizar o estudo do meio ambiente onde vive o aluno e aluna, procurando levantar os princípios problemas cotidianos, as contribuições da ciência, da Arte, dos saberes populares, enfim, os conhecimentos necessários e as possibilidades concretas para a solução deles (REIGOTA, 2009, p. 46).

Os conteúdos da Educação Ambiental são os da cotidianidade, os das potencialidades ambientais locais, as ameaças ao meio ambiente, ao ser humano. Nesta perspectiva, é importante que a escola priorize a realidade do aluno isso não significa que as

questões aparentemente distantes não sejam abordadas, pois procuramos desenvolver não só cidadãos e cidadãs participativos, mas também cidadãos e cidadãs planetários (REIGOTA, 2009).

Então, a educação ambiental deve ser abordada de maneira integradora, considerando a realidade de cada indivíduo para que haja uma assimilação dos diferentes acontecimentos da natureza, das transformações e, principalmente, da necessidade de ter cuidado com o ambiente em que vivemos.

Segundo Berna (2005), ao se pensar em educar para o meio ambiente, é necessária uma investigação sobre o ambiente. Quem são seus agressores? E por que se educar? Pois através dessa reflexão, seja possível criar ações visando um bem comum. Então:

A escola é, sem dúvida, o local onde podemos discutir a consciência ambiental, pois tem como função educar os cidadãos para que venham agir de modo responsável e quando bem realizada leva a mudanças de comportamento, atitudes e valores de cidadania que podem ter fortes consequências sociais. Educação ambiental, como perspectiva educativa, é um tema transversal o qual pode estar presente em todas as disciplinas, permitindo focar as relações entre a humanidade e o meio natural, sem deixar de lado as suas especificidades (REIGOTA, 1999).

A educação deverá ser:

Uma educação sustentada em um conhecimento complexo e integrada da realidade, agregando ao ser humano e suas problemáticas de vida, é o surgimento de um novo campo pedagógico ligado com o compromisso político e social, pois só assim, de acordo com Gadotti (2010)

A educação para outro mundo possível será, necessariamente, uma educação para a sustentabilidade. Não se pode mudar o mundo sem mudar as pessoas: mudar o mundo e mudar as pessoas são; processos interligados, a educação, tem um papel decisivo na criação de outros mundos possíveis, mais justos, produtivos e sustentáveis para todos (GADOTTI, 2010, p. 105).

Vale lembrar que; a partir de 2008 as instituições de ensino tiveram as matrizes curriculares baseadas nos PCNS (Parâmetros Curriculares Nacionais), diretrizes elaboradas pelo Governo Federal com o objetivo principal de fornecer orientações aos educadores, através normas e fatores considerados fundamentais para cada disciplina. Esses Parâmetros foram estabelecidos com fins de abranger tanto a rede pública quanto a rede privada de ensino, visando obedecer aos níveis de escolaridade de cada aluno. Seu objetivo principal é garantir aos educandos se apropriar, assimilar e usufruir dos conhecimentos necessários para o pleno desenvolvimento e o exercício da cidadania.

Além disso, os PCNS trazem documentos norteadores para os professores, para coordenadores e diretores, podendo adaptá-los às peculiaridades locais, ou seja, podem ser

referência para a transformação de objetivos, conteúdos e didática do ensino, também devem fazer parte do cotidiano da prática pedagógica.

Desde 2015, começou-se a ser elaborada e vem sendo discutida, a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), nessa época estando em sua terceira versão de elaboração pedindo a participação de profissionais da educação. E isso tem causado bastante polêmica por parte de alguns profissionais da educação, até por ser algo que vem para facilitar o trabalho docente, porém com algumas novidades e modificações, até porque que as mudanças quando se referem ao campo educacional não costumam ocorrer da noite para o dia, ou seja, isso poderá levar tempo.

A BNCC, define os direitos de aprendizagens de todos os alunos do Brasil. Destacando a importância desta política pública e as mudanças que ela traz para a educação.

A BNCC determina os conhecimentos e as habilidades essenciais que todos os alunos e alunas têm o direito de aprender. Na prática, isso significa que, independentemente da região, raça ou classe socioeconômica, todos estudantes do Brasil devem aprender as mesmas habilidades e competências ao longo da sua vida escolar.

A BNCC é obrigatória e está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Plano Nacional da Educação. Os currículos de todas as redes públicas e particulares devem ter a BNCC como referencial.

A BNCC começou a ser discutida em 2015 e foi debatida ao longo de diversos governos e gestões, recebendo milhares de contribuições em consultas e audiências públicas. A sociedade participou com mais de 12 milhões de contribuições na 1ª versão, sendo que metade delas veio de 45 mil escolas. Em 2016, a 2ª versão viajou por todos os estados. Através de seminários estaduais, organizados pela Consed (O Conselho Nacional de Secretários de Educação) e Undime (A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), cerca de 9 mil pessoas, entre educadores e alunos, debateram o documento em detalhes. Em abril de 2017, a 3ª versão foi entregue ao Conselho Nacional de Educação (CNE) que ouviu a opinião do Brasil em uma nova rodada de seminários regionais. Por fim, em dezembro de 2017, a BNCC foi homologada pelo MEC e passou a valer em todo o Brasil. Ela potencializa políticas educacionais importantes que, juntas, ajudam a reduzir desigualdades e garantem os direitos de aprendizagem. Vale lembrar que a BNCC é muito mais completa do que as diretrizes adotadas hoje. Por isso, diversas frentes precisam ser repensadas e adaptadas conforme as orientações do documento.

As principais mudanças que acontecem ao implementar a BNCC aparecem nas seguintes políticas educacionais: elaboração dos currículos locais, formação inicial e continuada dos professores, material didático, avaliação e apoio pedagógico aos alunos.

Para Santos-Neto (2002), um dos passos a ser dado no sentido de ampliar a concepção dos alunos sobre meio ambiente é assumir a necessidade de uma mudança nas relações do homem com a natureza. Para o autor é imprescindível que se siga o clássico slogan “pensar globalmente, agir localmente”.

Acredita-se que se os indivíduos forem bem instruídos quanto à devida importância da educação ambiental, poderão ser capazes de refletirem sobre suas próprias ações buscando um bem comum e agindo positivamente.

É pertinente refletir sobre os modelos de desenvolvimento que sejam sustentáveis, economicamente viáveis e socialmente aceitáveis. É preciso reafirmar o estabelecimento do que é a sustentabilidade, não sendo possível dissociar os elementos: político, socioeconômico e principalmente o ecológico, que colocam em evidência as complicações sociais e políticas existentes em uma sociedade.

Em outra instância, não se pode esquecer que as mudanças ecológicas somente acontecerão e serão concebíveis quando houver mudanças nas mais diversas áreas da sociedade, começando pela educação. (O que é Desenvolvimento Sustentável. Dicionário Ambiental. ((O)) eco, Rio de Janeiro, ago,2014).

Surge então, a necessidade de se pensar racionalmente sobre o meio ambiente, sem desprezar a natureza e os seres humanos, pois considerando que, quando o ser humano zela pelo meio ambiente estará zelando, ou seja, cuidando e preservando a sua própria vida e de todos os organismos vivos e elementos não-vivos existentes no planeta terra.

A Lei Federal nº 9.394/96, das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), não faz referência direta à educação ambiental, apenas orienta que na formação básica do cidadão deve assegurar-se a compreensão do ambiente natural e social, nos currículos devem ser contemplados saberes do mundo físico e natural e na Educação Superior deve-se valorizar o conhecimento do ser humano e do meio vivido.

De acordo com os (PCNs), Parâmetros Curriculares Nacionais, a educação ambiental aparece como tema a ser trabalhado na transversalidade e na interlocução entre as diferentes áreas do currículo escolar, portanto, não pode se constituir como disciplina autônoma. Na Lei nº 9.795/99, Lei de Educação Ambiental e instituição da Política Nacional de Educação Ambiental, regulamentada pelo Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002, a educação ambiental é considerada componente essencial e permanente da educação nacional,

devendo estar presente de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo.

As práticas de educação ambiental estão fundamentadas na construção de sociedades justas e sustentáveis, nos valores da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade, sustentabilidade e educação como direito de todos e todas.

Segundo o artigo 1º da Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (Lei 9.795, de 27 de abril de 1999).

Neste contexto, percebe-se o desejo de reforçar a harmonia da questão ambiental com as práticas sociais de uma forma integrada e respeitando as particularidades de cada povo, abordagem que deve considerar os enfoques humanista, histórico, crítico, político, democrático e participativo.

Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo ao Poder Público, nos termos dos artigos 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental. Está inserido, nessa visão educacional, o estímulo à educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.

Os espaços das atividades de educação ambiental distribuem-se em inúmeras dimensões, incluindo desde as ações nas escolas, faculdades e universidades, centros de pesquisa, empresas, nas comunidades, nos movimentos e organizações sociais.

Os artigos 9 e 10 da Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, exemplificam que a educação ambiental será desenvolvida no âmbito dos currículos escolares nas instituições públicas e privadas e nas séries que são pertinentes à educação básica, educação superior, educação especial, educação profissional, e educação de jovens e adultos, vetando-se a sua implantação como disciplina específica, mas direcionada para uma prática contínua e permanente em todos os níveis da educação formal.

Nesse sentido, a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolve, não se pode esquecer que a educação ambiental também deve atingir comunidades para que se capacitem para uma participação ativa na defesa do meio ambiente. Como referência legal para a educação ambiental popular apresentamos o art. 13 da Lei 9.795, de 27 de abril de 1999 que ponderou sobre a educação não formal.

Entendem-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente. (Art.13 da Lei 9.795, de 27 de abril de 1999).

Neste contexto, as ações e as práticas no âmbito educacional sobre as questões ambientais, caminham no sentido de sensibilização da coletividade, visando organização e participação na busca por uma melhor qualidade de vida.

2.1. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ANÁPOLIS (2017 a 2022)

Segundo a Secretaria Municipal de Educação de Anápolis-Goiás, educação ambiental é aquela destinada a desenvolver nas pessoas conhecimentos, habilidades, hábitos e atitudes voltadas para a conservação do ambiente. Podendo ocorrer dentro das escolas, empresas, universidades, repartições públicas etc. Esta educação pode ser desenvolvida por órgãos do governo ou por entidades ligadas ao meio ambiente. Ela deve estar presente dentro de todos os níveis educacionais, como o objetivo de atingir todos os alunos em fase escolar. Os professores podem desenvolver projetos ambientais e trabalhar com conceitos e conhecimentos voltados para a preservação ambiental e uso sustentável dos recursos naturais.

A rede Municipal de Educação desenvolve várias práticas de responsabilidade socioambiental tais como; as ações do projeto Talentos do Coração, onde se envolvem solidariedade, autorresponsabilidade e preservação do meio ambiente.

A responsabilidade foi o tema do projeto Talentos do coração durante o mês de junho. Que é considerado o mês do meio ambiente, onde as instituições desenvolveram ações que despertaram a responsabilidade socioambiental dos estudantes. Essa competência é prevista na BNCC, que também prevê o desenvolvimento de habilidades tais como; o despertar da consciência sobre o impacto que as decisões têm nos grupos e na sociedade. Outro tema abordado e de grande relevância foi o uso adequado dos recursos naturais e a prática de atos sustentáveis.

“Visamos a uma sociedade justa, com princípios éticos, sustentáveis, inclusivos e solidários. Para isso, despertar a consciência sobre a responsabilidade das nossas ações desde

a infância é um ato fundamental”, pontua a secretária de Educação, Eerizânia Enéas de Freitas.

O Projeto Tampa Mania, que arrecadou tampinhas plásticas para a aquisição de cadeiras de rodas, foi realizado pela Secretaria Municipal de Educação em parceria com o Programa Voluntários de Coração e o Rotary Clube, e contou com a participação não só dos estudantes, mas também de toda a comunidade escolar. O objetivo foi a sensibilização para a importância da consciência ambiental e a solidariedade. Mais de quatro toneladas de tampas plásticas foram retiradas do meio ambiente para o descarte consciente. Isso só foi possível por meio do trabalho de conscientização realizado pelos professores das unidades de ensino.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Habitação e Planejamento Urbano, possui várias competências e atribuições, dentre elas estão o planejamento, o desenvolvimento e a execução de ações relativas ao planejamento da política ambiental, bem como os programas e projetos relativos à área de Habitação do Município. O órgão executivo também é responsável pela proteção do sistema natural, pelo controle da qualidade ambiental no Município, coordenação do processo de planejamento e desenvolvimento urbano da cidade e responsável pelas políticas públicas em defesa dos direitos dos animais.

A Diretoria de Ensino visa planejar, coordenar, supervisionar e orientar a condução do setor pedagógico e da Inspeção Escolar da Secretaria Municipal de Educação. Portanto, realiza um trabalho no sentido de promover a atuação conjunta e articulada dos profissionais da SEMED nos diferentes departamentos no sentido de superação dos problemas e da eficácia no desenvolvimento dos trabalhos.

A Secretaria Municipal de Educação cabe elaborar, implementar e gerir as políticas públicas educativas que garantam o desenvolvimento físico, social, econômico, político e cultural de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos como seres únicos e plenos.

Cabe a ela também priorizar a garantia ao acesso, à permanência e à aprendizagem com qualidade a toda a população e seu município, principalmente àqueles que se encontram fora da escola. Conhecendo os acordos internacionais, as normas legais, as políticas, os programas educacionais públicos nas esferas municipal, estadual e federal, buscar permanentemente a redução das desigualdades sociais e no alcance da equidade. Promover o desenvolvimento humano e a superar os desafios da rede de ensino que dirige.

CAPÍTULO 3. EDUCAÇÃO AMBIENTAL DESENVOLVIDA EM ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL EM ANÁPOLIS - INSTITUIÇÃO “A” E INSTITUIÇÃO “B”. (2017 a 2022)

Anápolis, é um município brasileiro do interior do estado de Goiás, Região Centro-Oeste do país. Situada no Planalto Central Brasileiro, a 1.017 metros de altitude, possui um clima tropical mais ameno que a capital estadual Goiânia. A cidade está a 50 km da capital goiana e a 140 km da capital federal, fazendo parte de um eixo econômico e populacional que é a maior concentração urbana da região e seu principal polo industrial.

Com população estimada em 2020 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 391.772 habitantes, constitui-se no terceiro maior município do estado em população e sua segunda maior força econômica, com um PIB de mais de R\$ 14.238,732 bilhões em 2018.

A cidade se firmou como polo industrial, com destaque para o ramo farmacêutico a partir da instalação do Distrito Agroindustrial em 1976. Anápolis foi apontada pela revista Veja em 2010 como uma das Vinte Cidades Brasileiras do Futuro em razão de seu grande potencial logístico. A cidade é cortada pelas rodovias federais BR-153, BR-060 e BR-414, pelas rodovias estaduais GO-222, GO-330, GO-437 e GO-560] e pela Ferrovia Centro-Atlântica, sendo ponto inicial da Ferrovia Norte Sul.

De acordo com a Secretaria Municipal de Educação de Anápolis, Goiás; cabe elaborar, implementar e gerir políticas públicas educativas que garantam o desenvolvimento físico, social, econômico, político e cultural de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos como seres únicos e plenos. Priorizar a garantia ao acesso, à permanência e à aprendizagem com qualidade a toda a população de seu município, principalmente àqueles que se encontram fora da escola. Conhecendo os acordos internacionais, as normas legais, as políticas, os programas educacionais públicos nas esferas municipal, estadual e federal, buscar permanentemente a redução das desigualdades sociais e no alcance da equidade. Promover o desenvolvimento humano e a superar os desafios da rede de ensino. Além disso, ela atende ao objetivo do direito de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos de acordo com a BNCC, de modo a garantir uma formação humana integral.

De acordo com o trabalho realizado nas duas Instituições de Ensino Fundamental de Anápolis-GO; sendo através de; observações, entrevistas e análises de alguns documentos, a Educação Ambiental se faz presente, apesar de não ter uma matéria (disciplina) específica onde se aborde a temática, notou-se que esta é abordada em forma de projetos desenvolvidos ao longo do ano letivo e em um tema específico no mês de Junho; “tema: Meio Ambiente”,

cabendo ao professor adaptar os conteúdos, tanto à matriz curricular, temas mensais, quanto aos projetos

Então, considera-se que a participação política deverá de certa forma favorecer tanto o Meio Ambiente, quanto a criação de meios onde favoreçam a Educação Ambiental, visando assim algumas práticas positivas que sejam capazes de melhorar as ações do homem sobre o meio ambiente.

Através de estudos, análises documentais, leituras e reflexões foi feito um trabalho de observação, tanto na Instituição “A” quanto na Instituição “B”; foi feito um levantamento com o nome de todos os projetos desenvolvidos nas instituições, com o objetivo de analisar o que e como as escolas de ensino fundamental I de Anápolis goiás trabalham sobre as questões ambientais, durante as visitas em campo nas instituições “A” e “B”, pode-se presenciar algumas aulas e projetos. Uma lista com o nome de todos os projetos que estão sendo desenvolvidos nas instituições pesquisadas durante os anos de 2017, 2018 e 2019, consta do Quadro: 9.

No quadro abaixo, constam alguns dos projetos importantes e que são desenvolvidos durante o ano letivo e que de certa forma dão ênfase às questões ambientais.

Projeto:	Instituição A:	Instituição B:
Projeto Borboletas; Jardim II;	X	X
Projeto SOS Terra – Arte em prol da Ecologia – Roberto Brenner e Equipe Prefeitura em Ação;	X	X
Meio Ambiente e Desperdício	X	X
Feira de Ciências	X	X
OBA (Olimpíada Brasileira de Astronáutica)	X	X

Quadro 1 - Projetos trabalhados que abordam à temática Educação Ambiental.

TEMAS TRANSVERSAIS

Projeto:	Instituição A:	Instituição B:
A Educação começa com o Respeito	X	X
Higiene	X	X
Cuidados com a saúde	X	X
Respeito ao meio ambiente	X	X

Quadro 2 - Projetos trabalhados abordando os temas transversais.

Observou-se que, o Projeto Alimento com Amor, tenta de certa forma trabalhar questões relacionadas com os tipos de alimentações adequadas e ao mesmo tempo saudável; cardápio; listas a higiene e saúde; dando ênfase também ao cuidado com a água e medidas para evitar os desperdícios, que às vezes ocorrem e que tem muito a ver com o meio ambiente também, considerando que a água pode ser considerada como um recurso natural finito e que deve ser preservado.

O Projeto Meio Ambiente e Desperdício, que tenta trabalhar as questões relacionadas com o desperdício e o reaproveitamento de determinados alimentos.

O Projeto Feira de Ciências que tem bastante a ver com a temática, abordando às questões ambientais, reflexões, pois visa trabalhar com algumas experiências práticas, levando o aluno a fazer uma relação entre a teoria e a prática, na realização de alguns tipos de experiências como a encenação de erupção de vulcões, diferenciação entre tipos de misturas homogêneas e heterogêneas, observações do crescimento de sementes como feijão, ou seja, o processo de germinação etc.

SOS Terra – Arte em Prol da Ecologia - Roberto Brenner e Equipe Prefeitura em Ação; é um projeto onde acontece uma visita e apresentação de Roberto Brenner, onde a equipe fala sobre a natureza e canta músicas relacionadas com a natureza e ecologia. É um projeto de cunho artístico com viés educativo, sem fins lucrativos, que visa, através da utilização da música, da literatura e artes afins, ajudar na educação para a ecologia e a necessidade de preservação do meio ambiente. A realização do projeto é com a equipe do Roberto Brenner e convidados. Daí a importância e reflexão sobre a preservação ambiental.

O Projeto OBA (Olimpíada Brasileira de Astronáutica), é de fundamental importância e muito relevante, pois aborda diretamente algumas das questões ambientais, visa fazer um diagnóstico para saber o que o aluno tem ou já conhecem nesse campo exemplo; o nome do planeta em que se vive, conhecimentos em relação aos astros e planetas existentes. Visita ao Planetário da cidade, assistir a um filme sobre os astros e planetas, conhecer, tocar e visualizar lunetas, microscópios e aparelhos específicos para a visualização de estrelas que não seriam possíveis a olho nu. Demonstrando assim aos estudantes tanto a importância de conhecer o planeta de forma global e detalhada e o mundo em que vivemos, quanto o poder das ações do homem, a importância de estudos específicos e a reflexão sobre a importância da preservação ambiental e da valorização à vida.

O Projeto Higiene; está diretamente ligado à importância da higiene de uma forma geral tanto a higiene do corpo quanto dos ambientes para a manutenção, preservação à saúde e bem-estar e cuidados que os indivíduos devem ter.

O Projeto Cuidados com a Saúde, também faz relação com a manutenção da saúde através da prática de hábitos simples de higiene.

O Projeto Respeito ao Meio Ambiente, é de extrema importância e tem muito a ver com a temática, pois tem por objetivo destacar a importância da conservação e preservação do meio ambiente. Faz relação com o projeto horta na escola existente na instituição “A”, uma pequena horta, onde os alunos visitam e ajudam a regar e cuidar de algumas plantas, uma sala até desenvolveu um projeto anti-dengue, criando juntamente com os alunos um vasinho anti-dengue com a utilização de garrafas pets, prego e barbantes. Onde plantaram sementes e fizeram um trabalho de observação e cuidados diários até o dia da feira de ciências, onde os trabalhos foram expostos pela professora do 2º Ano “B”. E ao término da exposição cada aluno pode levar o seu vasinho para cuidar em casa.

Após as observações feitas através de visitas em campo, ou seja, nas instituições tanto “A” quanto “B”, constatou-se que, existem muitos projetos, porém poucos são os projetos que têm dado uma ênfase maior ao meio ambiente e a importância na conservação e preservação do meio ambiente.

A principal razão da seleção das duas Escolas foi, por trabalhar diretamente na área da Educação e devido à existência de curiosidades, inquietações e reflexões sobre o tema abordado; e por acreditar que cuidando e nos preocupando com a preservação ambiental no sentido de criar multiplicadores, ou seja, lançar sementes no presente para que possamos colher no futuro uma melhor qualidade de vida, visando sempre um bem comum.

3.1. A ESCOLA “A”

Analisando a política e também os seus desdobramentos, torna-se pertinente o estudo da temática, estudos estes realizados a partir de leituras de alguns artigos e livros, consultas à legislação, buscando percepção de como a Educação Ambiental é abordada e como às questões ambientais são trabalhadas e tratadas, para isso, foram feitos alguns levantamentos e buscas de informações e dados de 2(duas) escolas de ensino fundamental I, sendo assim chamadas; Instituição “A” e Instituição “B”.E em seguida se planejou um estudo minucioso, com o objetivo de diagnosticar, descobrir e analisar, como as questões ambientais são trabalhadas nas referidas instituições pesquisadas.

Foram adotados alguns critérios por parte da pesquisadora para a escolha das instituições de ensino fundamental a serem pesquisadas, tanto A quanto B; 1- A instituição A, por acreditar que teria de certa forma um fácil acesso aos documentos para as pesquisas e por

se tratar de uma instituição situada em bairro periférico; é considerado um bairro misto, por ter estabelecimentos comerciais, indústrias e por ser um bairro residencial.

Na Instituição “A” observou-se que os professores têm uma visão interessante sobre o meio ambiente, pois segundo eles tentam trabalhar enfatizando a importância do mesmo para a preservação à vida, apesar de acreditarem também que nem todos os alunos possuem uma educação ambiental adequada sobre a importância da preservação ambiental.

3.2. A ESCOLA “B”

Além da Instituição “A” percebeu-se a necessidade de se analisar uma outra, sendo chamada de Instituição “B”.

A instituição B foi escolhida por estar situada em um bairro mais centralizado, pericentral, ou seja, mais próximo ao centro da cidade.

Na Instituição “B” os professores têm uma visão positiva em relação ao meio ambiente, apesar de também acreditarem que falta muito ainda em relação à conscientização relacionada ao tema por parte da maioria dos alunos. E segundo os professores se esforçam para trabalhar questões relacionadas com o meio ambiente não só no mês de junho em que é trabalhado o tema meio ambiente, mas durante todo o decorrer do ano, enfatizando o tema, trabalhando tanto em forma de projetos quanto em temas transversais e através da interdisciplinaridade.

3.3. DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA

Durante as visitas em campo nas instituições “A” e “B” foram realizadas pela pesquisadora algumas anotações importantes e registro através de fotografias de alguns objetos, partes físicas dos ambientes e alguns momentos em que acontece o processo de ensino-aprendizagem. Em alguns momentos tanto a Instituição “A” quanto a Instituição “B” realizaram atividades em que se faz relações com a Educação Ambiental.

3.3.1. VISÃO DAS DUAS INSTITUIÇÕES:

Observou-se que as duas Instituições pesquisadas seguem uma matriz curricular; onde constam todos os conteúdos mínimos que devem ser trabalhados ao longo de todo o ano letivo; além disso, ambas trabalham abordando um determinado tema a cada mês. Dando ênfase aqui ao mês de junho onde o tema a ser abordado é o “Meio Ambiente”, que muito tem a ver com a temática.

As duas instituições pesquisadas trabalham com um tema a cada mês:

Instituição “A”:	Instituição “B”:
Janeiro e Fevereiro – Identidade	Janeiro e Fevereiro – Identidade
Março – Saúde	Março – Saúde
Abril – Ética	Abril – Ética
Maio – Trabalho	Maio – Trabalho
Junho - Meio Ambiente	Junho - Meio Ambiente
Julho – Férias	Julho – Férias
Agosto – Folclore	Agosto – Folclore
Setembro – Civismo	Setembro – Civismo
Outubro - Criança – Direitos e Deveres	Outubro - Criança – Direitos e Deveres
Novembro e Dezembro - Sociedade e Consumo	Novembro e Dezembro - Sociedade e Consumo

Quadro 3 - Projetos trabalhados abordando um tema em cada mês

Além das Instituições trabalharem com um tema a cada mês, ainda existe um tema geral, ou seja, central a cada ano letivo:

Ano Letivo:	Tema Geral:
2017	Gentileza gera gentileza
2018	<i>Bullying</i> brincadeira sem graça
2019	Inovação e Cidadania

Quadro 4 - Temas gerais que foram trabalhados nas Instituições “A” e “B” entre os anos de 2017-2019

Os temas a serem abordados devem ser inseridos de forma contextualizada com os conteúdos presentes na matriz curricular, tornando assim um desafio a cada planejamento feito pelo professor regente, analisado e visto semanalmente pelo coordenador pedagógico e aprovado pelo diretor.

Apesar de que as duas instituições pesquisadas trabalharem com um tema a cada mês e esses temas serem exatamente os mesmos, cada uma tanto a Instituição “A” quanto à Instituição “B” trabalham de formas diferenciadas, havendo também projetos que são

impostos para que cada uma das instituições trabalhe outros projetos em que cada uma tem a oportunidade de opinar e escolher a cada projeto que deve dar maior ênfase.

Nas visitas através de observações notou-se que, logo ao fundo do pátio é possível observar a presença de uma horta suspensa, com a utilização de materiais como páletes. Com o objetivo de trabalhar algumas questões ambientais.



Figura 1: Pátio da Instituição "A" em 2019



Figura 2: Pátio da Instituição "B" em 2019

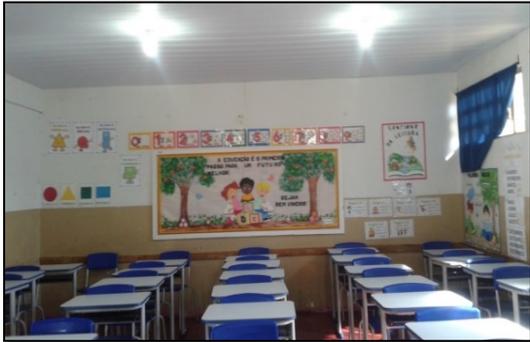


Figura 3: Sala de aula da Instituição "A" em 2019

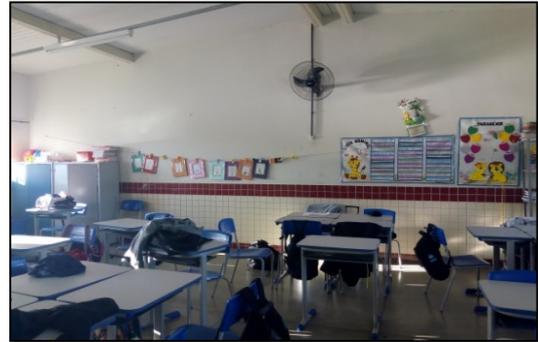


Figura 4: Sala de aula da Instituição "B" em 2019

Observou-se também que, principalmente nas salas de alfabetização, existem o cuidado com um ambiente alfabetizador onde favoreçam o processo de ensino-aprendizagem.

A educação ambiental se desenvolva com responsabilidade e compromisso, é necessária a participação de todos, mas principalmente das autoridades políticas, pois parte do compromisso com uma sociedade mais justa e responsável capaz de lutar pela vida e pela preservação do meio ambiente. Percebe-se que as autoridades governamentais e não governamentais estão se mobilizando a fim de encontrar meios que possam minimizar os problemas do meio ambiente causado pelo próprio homem. Como afirma Loureiro (2009):

A educação ambiental tem sido apresentada como uma modalidade da educação preocupada com o exame de problemas ambientais. Nesse sentido, desde a conferência de Estocolmo (ONU, 1972.), a educação ambiental foi reconhecida como instrumento decisivo para promover as mudanças na humanidade objetivando-se sua orientação e inspiração necessária para preservar e melhorar a qualidade do ambiente. (LOUREIRO, 2009, p.175)

O exercício da docência impõe ao educador a seriedade da sua formação, de acordo com Paulo Freire, na Pedagogia da Autonomia, “a incompetência profissional desqualifica a autoridade do professor” (2007, p. 92).

Neste sentido, Paulo Freire procura trazer para a realidade escolar, o pensar educação. Permitindo assim o reencontro com a esperança de um trabalho comprometido, responsável. Essa reflexão pode tornar-se possível, se inserir no coletivo das instituições escolares, que seja possível compreender que a escola é lugar de gente. Seguem fotos de espaços destinados à Educação Física:



Figura 5: Espaço cimentado na Instituição “A” em 2019



Figura 6: Pequena parte cimentada na Instituição “B”

Educação Física. O espaço é descoberto e as árvores em volta é que ajudam com um pouco de ar puro e sombra em algumas partes do ambiente.

Há uma pequena parte cimentada onde os alunos participam das aulas de Educação Física, na Instituição “B” em 2019. Além disso, segundo à coordenadora é utilizada uma área próxima à Instituição para a prática e treinamento de corridas do projeto Zatopek.

3.3.2. TRANSFORMAÇÕES DE ALGUMAS AÇÕES EM PRÁTICAS:

Segundo a LDB, quando se trata do ensino fundamental, mais precisamente no Art.32, parágrafo II: o educando deve ter compreensão do ambiente natural e social.

Durante as observações tanto na Instituição “A” quanto na Instituição “B”, há um trabalho visando a educação ambiental, no sentido de transformar algumas ações em práticas educativas. Seguem fotos dos espaços com pequenas áreas verdes logo na entrada:



Figura 7: Plantas em garrafas pets próximas à sala da coordenação na Instituição “B” em 2019



Figura 8: Uma pequena área verde existente na Instituição “B” situada na entrada, logo adiante é possível notar a pequena área destinada à prática de algumas atividades físicas.

Durante uma das visitas em campo observou-se que, foi realizada uma apresentação em um show de talentos elaborado com a participação dos colaboradores do Projeto Pibid da UEG, Na Instituição “A” em 2018. Onde os alunos fizeram as inscrições antecipadamente para participarem e apresentarem os seus talentos artísticos; envolvendo instrumentos musicais, cantos, danças e coreografias.

Durante as observações em um momento da aula observou-se alunos saboreando uma salada de frutas feita em sala de aula com a colaboração e participação de todos, onde a professora trabalhou várias coisas dentre elas; destacou-se algumas questões relacionadas com a temática; a importância de uma alimentação saudável, evitar o desperdício, trabalhou também o gênero textual com texto instrucional receita.

Em outro momento, foi observado que durante a data comemorativa; dia da água dia 22/03, na Instituição “A” em 2018. Neste momento a professora fez uso de uma jarra de plástico, porém serviu água para os alunos com a utilização de copos descartáveis.

A Instituição “A” além de trabalhar os temas a cada mês ainda trabalha com temas transversais e a cada mês é trabalhado também o artista do mês, tentando fazer a interdisciplinaridade.

Aproveitando para desenvolver os dons artísticos dos alunos, tentando expor de forma positiva; segue abaixo uma experiência de germinação simples, porém bem significativa :



Figura 9: Experiência do feijão plantado, no algodão na Instituição “A” em 2018.

O trabalho com germinação; plantio e observação do desenvolvimento de feijão no algodão e registro através de desenhos por uma semana na Instituição “A” em 2018.

Projeto Horta na Escola tem muito a ver com a temática, pois aborda questões ambientais, realizou-se a confecção do vaso anti-dengue, com a utilização de; garrafas pets, barbante, prego e jornais; plantio e cultivo de mudas de flores na Instituição “A” em 2018.

Segue a foto de um painel apresentado em uma feira de ciências, onde constam a exposição de trabalhos muito significativos e que deram bastante ênfase à temática de Educação Ambiental.



Figura 10: Painel da Feira de Ciências na Instituição “A” em 2018.

A Instituição “A” além de ter o ensino fundamental dos anos iniciais do 1º ao 5º ano, também trabalha com os anos finais. Do 6º ao 9º Ano, porém como os municípios são responsáveis apenas pelo ensino fundamental, estão sendo remanejadas gradativamente, ou

seja, aos poucos, no decorrer de cada ano as salas dos anos finais irão para a responsabilidade do Estado de acordo com a lei. Porém, observou-se que é de fundamental importância que o trabalho com a Educação Ambiental aconteça em todos os níveis de ensino, ou seja, desde à Educação Infantil. Seguem fotos de uma exposição:



Figura 11 Exposição da Feira de Ciências na Instituição "A" em 2018



Figura 12 Plantio e cultivo de mudas de flores Com o projeto Horta na escola na Instituição "A", em 2018



Figura 13: Projeto Horta na Escola; plantio e cuidados com as mudas no vaso anti-dengue, na Instituição "A", em 2018.



Figura 14: Experiência da demonstração de uma simulação de erupção de um vulcão em erupção, na Instituição "A" em 2018.



Figura 15: Repelente feito pela professora e alunos na Instituição "A" em 2018

Durante a exposição da feira de ciências alunos explicaram como foi feito o repelente, com a utilização de álcool 70%, cravo da índia e uma essência de perfume; em exposição na Feira de Ciências na Instituição “A” em 2018. Seguem algumas fotos de bebedouro e cardápio semanal; logo em seguida, alguns copos utilizados para servir os lanches nas Instituições pesquisadas:



Figura 16: Bebedouro de água para os alunos, próximo ao pátio coberto na Instituição “B” em 2019.



Figura 17: Cardápio fixado próximo à cozinha na Instituição “B”



Figura 18: Copos plásticos onde é servido o lanche para os alunos na Instituição “A” em 2019.



Figura 19: Copos plásticos onde é servido o lanche Para os alunos na Instituição “B”.

Observação de uma horta suspensa:



Figura 20: Projeto de Horta suspensa na Instituição “B”, em 2019



Figura 21: Horta suspensa na Instituição “B”, em 2019.

Apesar de observar que os projetos Horta na escola serem bem diferenciados de uma Instituição para a outra, são bem primários talvez por estar no início, porém é bastante enriquecedor, na Instituição “A” existe um espaço de terra destinado ao projeto Horta na escola, porém nem todas as salas estão comprometidas a se envolver no projeto.

Enquanto na Instituição “B” apesar de não ter muito espaço, é uma horta suspensa, a maioria das salas se encontram envolvidas e interessadas no desenvolvimento do projeto, porém ainda está bem no início do desenvolvimento do projeto Horta na escola.

Observou-se também que um dos objetivos do projeto: Horta na escola; está ligado diretamente à Educação Ambiental e ao aproveitamento e cultivo de cheiros verdes para complementar o sabor dos lanches, além, disso o desenvolvimento de experiências em que envolvam a germinação.

Observou-se também uma exposição: Semana de Educação para a Vida, exposição de alguns trabalhos desenvolvidos durante o ano letivo de 2018, na Instituição “A”, pintura de telas “Paisagem Natural e Paisagem Modificada pelo Homem”. Seguem fotos da exposição:



Figura 22: Exposição de trabalhos na Instituição “A”, em 2018



Figura 23: Exposição de trabalhos na Instituição “A” Em 2018

Com o objetivo de trabalhar algumas questões ligadas ao meio ambiente; em cada sala da Instituição “A” há 2(duas) lixeiras; sendo uma só para depósito de papel e a outra para todo tipo de lixo gerado em sala de aula.

Em cada sala de aula na Instituição “B” há só 1 (uma) lixeira para todo o lixo gerado nos ambientes de sala de aula. Seguem fotos dos tipos de lixeiras presentes nas Instituições:



Figura 24: Lixeiras em cada sala na Instituição “A”.



Figura 25: Lixeiras em cada sala na Instituição “B”

A Educação Ambiental nasce do movimento ecológico e está, portanto, conectada ao movimento social. Segundo Carvalho (2011; p.15), os movimentos ecológicos suscitam a importância de preparar as pessoas para ações sociais ambientalmente adequadas, além de chamar a atenção para o fato de que os recursos naturais são finitos. A humanidade precisa, então olhar para o meio ambiente onde vive e aprender a se relacionar com ele. Dessa maneira, a Educação Ambiental vai se fortalecendo como proposta educativa e adentra o campo educacional dialogando com suas tradições, teorias e saberes.

A busca do diálogo entre os campos em que se apresentaram na pesquisa conduzem a perceber a importância e o valor da contribuição de uma Educação Ambiental crítica.

Neste sentido, pertinentemente, Izabel Zanetti acrescenta:

Para reduzir o impacto no meio ambiente, tanto na acumulação do lixo, como no esgotamento das fontes de recursos naturais, começam os processos de reciclagem. Mas de nada adiantam campanhas para reciclar e programas de Coleta Seletiva de Lixo, se não fizermos um trabalho de internalização de novos hábitos e atitudes para que, num futuro próximo, não haja mais lixo excessivo e a sua causa, o consumo desmedido, tenha sido controlada. (...) a reciclagem vai reduzir, em parte, a crise, mas não vai eliminá-la.(ZANETTI, 1997, p. 14-15 rodapé)

Sendo assim, para a efetividade da preservação, pode-se afirmar, ainda, que cada cidadão tem a sua parcela de responsabilidades em relação às questões sobre à Educação Ambiental. Seguem fotos de filtros de água utilizados nas Instituições:



Figura 26: Filtro na sala dos professores na Instituição “A”, em 2019.



Figura 27: Filtro na sala dos professores na Instituição “B”, em 2019

Segundo observações, na Instituição “A”, há o incentivo para que cada professor utilize a sua própria garrafinha individual, porém, alguns ainda utilizam os copos descartáveis, alguns costumam escrever o nome em seu copo com o objetivo de adotar um copo descartável por dia. E para o café é utilizado copos de vidro e às vezes copos descartáveis também. Segue a foto de um recipiente com água:



Figura 28: Garrafinha com água utilizada por um funcionário na Instituição “A” em 2019.

Seguem fotos da observação de dois ambientes de ambientes de ensino-aprendizagem:



Figura 29: Sala do Laboratório de Informática na Instituição “A”, em 2019



Figura 30: Sala do Laboratório de Informática na Instituição “B”, em 2019

Segundo observações na Instituição “B” ainda se usa copos descartáveis, porém esse uso tem sido reduzido, pois há o incentivo para que cada professor leve a sua própria caneca para tomar o café e a sua própria garrafinha ou copo individual para tomar a sua água na instituição.

Neste contexto é notável que, há uma preocupação com a Educação Ambiental, pois o uso desmedido de materiais descartáveis pode ser prejudicial e causar danos ao meio ambiente.

Como notado, o hábito do uso de copos descartáveis nas 2 (duas) Instituições pesquisadas, tanto na Instituição “A” Quanto na Instituição “B”, torna-se a discussão, reflexão e o diálogo sobre o assunto.

O consumo de copo descartável tem preocupado consideravelmente as organizações sociais como um todo, ainda mais as universidades, isso pode ser um fato muito preocupante pois, já que o referido material de consumo apresenta tempo de decomposição elevado (entre 250 e 400 anos); outro argumento para busca e execução de políticas estratégicas de sustentabilidade nesses espaços de mudança social é também o atendimento a pressões exercidas pela sociedade no que compete à proteção ambiental e manutenção do equilíbrio do entorno natural (MACEDO et al., 2016).

Dessa forma torna-se fundamental a conscientização sobre a Educação Ambiental (ED); e muito pertinentes às reflexões principalmente porque os recursos naturais são finitos.

Os copos descartáveis somente deixarão de ser um desafio constante para a natureza quando houver mudança arraigada e profunda de comportamento de quem consome o produto, da consciência acerca da preservação e das limitações de destinação e reciclagem do material. Consumir conscientemente significa atentar para os efeitos e implicações muitas vezes catastróficas que a atitude acarreta ao meio ambiente, aos profissionais e à sociedade como um todo (CASTRO; ALMEIDA; SILVA, 2012, p. 7).

Principalmente em instituições onde se deseja formar cidadãos comprometidos, reflexivos e conscientes com tanto com a própria vida quanto com a vida das futuras gerações seja de fundamental importância discussões neste sentido.

É notável que o uso dos copos descartáveis representa à sociedade e ao meio ambiente uma séria ameaça à perpetuação do bem-estar e da qualidade de vida, decorrente do consumo alto associado à ausência de mecanismos estratégicos de forte atuação na conscientização das pessoas quanto à redução de impactos. Logo, busca-se cada vez mais estimular a sua substituição por elementos que agredam com menor potencial o meio ambiente, que são facilmente reciclados e que promovem mudança e fortalecimento de uma cultura sustentável, inclusive com as implicações no custo de tratamento e no orçamento destinado à aquisição de copos descartáveis para empresas e, ao mesmo tempo, no investimento em proposições eficientes e reflexivas (MACEDO et al., 2016).

Observou-se também um trabalho voltado para a formação do ser humano, trabalhando além de valores, respeito e hábitos para uma boa convivência. Seguem fotos de um projeto, onde se destaca o ambiente saudável:



Figura 31: Projeto Bullying não é brincadeira na Instituição “A” em 2018. (Frente).



Figura 32: Projeto Bullying não é brincadeira na Instituição “A” em 2018. (Verso).

O tema geral do ano de 2018: “Bullying brincadeira sem graça”, chama bastante à atenção para uma educação ambiental que vai além dos espaços físicos, do cultivo da terra e da observação da natureza, pois este tema tentou abordar a importância de ambientes saudáveis desde a valorização dos seres humanos à uma boa convivência bem como ao respeito ao próximo.

Seguem os 5 R’s , que são considerados como preliminar na Educação Ambiental: Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar:

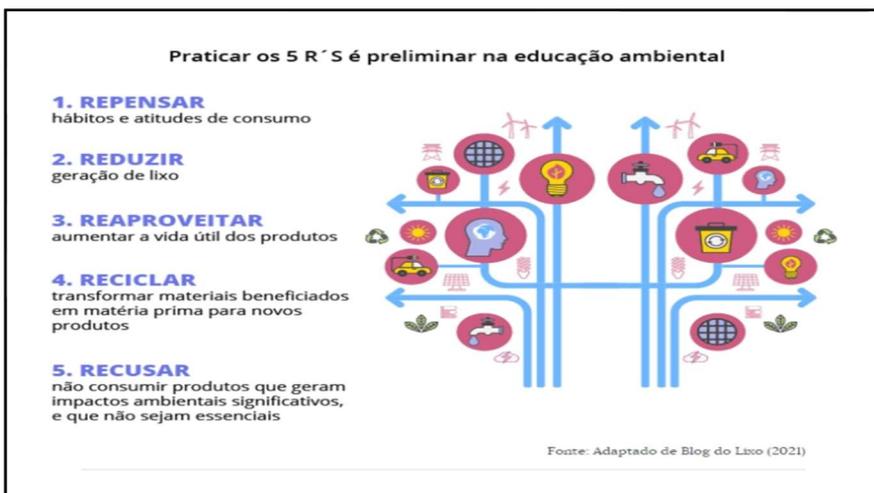


Figura 33: Praticar os 5R's – Adaptação do blog do Lixo (2021)

Entre os vários projetos desenvolvidos tanto na instituição “A” quanto na instituição “B”, destacam-se dois destes que tem muito a ver com a temática, pois abordam

diretamente à Educação Ambiental: O Projeto Tampamania e o Projeto Ponto de Coleta de Lixo Eletrônico na Instituição “B”: Grupo de Proteção Ambiental (GPA):

As tampinhas plásticas de materiais recicláveis agora têm um destino certo: com o apoio das Secretarias de Integração Social, Cultura e Esporte, por meio o programa “Voluntários de Coração”, e da Secretaria Municipal de Educação, o projeto tem a finalidade de arrecadar tampas

O Projeto Tampamania tem como finalidade arrecadar tampas plásticas, impedindo que sejam descartadas no meio ambiente, realizar a venda para empresas de reciclagem e destinar a verba para a aquisição de cadeiras de rodas, que serão entregues para pessoas com deficiência física permanentes a famílias em vulnerabilidade social, além do uso em escolas municipais por alunos com deficiência física e também em unidades básicas de Anápolis Goiás. Segue uma foto do Projeto Tampamania:



Figura 34: Projeto: Tampamania, imagem exposta em um cartório de Anápolis Goiás

O projeto Tampamania pode ser considerado de extrema importância, abordando de forma positiva a Educação Ambiental.

O outro projeto que também dá ênfase de forma positiva a Educação Ambiental é o Projeto Lixo Eletrônico, que tem como pontos importantes da ação a sustentabilidade, através da conscientização para o descarte correto de equipamentos eletrônicos e a responsabilidade social.

O projeto visa o recolhimento de celulares, computadores, televisores, vídeo cassetes, vídeo games, máquinas fotográficas, pilhas, baterias, lâmpadas, cartuchos e toners de impressoras, e eletrodomésticos em geral, exceto os eletroeletrônicos da chamada “Linha Branca” que inclui itens como geladeiras, fogões, ferros elétricos, fornos de micro-ondas,

lavadoras, secadoras e outros. Os equipamentos podem estar completos ou desmanchados, funcionando ou não. O projeto permitirá o descarte de forma adequada, possibilitando o cuidado com o meio ambiente.

O Grupo de Proteção Ambiental (GPA), parceiro na iniciativa, recolherá o lixo eletrônico e levará para empresas que fazem o descarte correto.

O Grupo de Proteção Ambiental (GPA) é uma Associação de utilidade pública municipal que atua há oito anos em atividades de conscientização e ações efetivas em prol das questões ambientais, bem como no apoio a outros órgãos e instituições.

Esse ano (2022), na Instituição “B”: houve um convite especial, com o objetivo de envolver toda a comunidade escolar, convocando para o Dia D. Segue o convite:



Figura 35: Convite para o Dia D

Segue uma foto do Ponto de coleta de lixo eletrônico:



Figura 36: Ponto de coleta de lixo eletrônico na Instituição “B”: Grupo de Proteção Ambiental (GPA)

O Projeto Lixo Eletrônico, também pode ser considerado de extrema importância, e relaciona diretamente com a temática da Educação Ambiental, pois além de retirar O projeto permitirá o descarte de forma adequada, possibilitando o cuidado com o meio ambiente.

3.4. RESULTADOS DAS OBSERVAÇÕES REALIZADAS NAS INSTITUIÇÕES “A” E “B”.

O papel do diretor escolar requer inúmeras responsabilidades, além de orientador, líder e mediador seja de conflitos e situações diversas que irão surgindo ao longo de todo o ano letivo.

O diretor escolar deve também sempre estar por dentro de todas as matrizes curriculares, bem como também dos parâmetros projetos desenvolvidos, planejados e vivenciados em toda a rede municipal e principalmente na sua unidade escolar, pois alguns dos projetos são impostos pela rede, daí envolve desde as questões mais burocráticas as questões também políticas e alguns poderão ser escolhidos pelas equipes gestoras, sendo assim adaptados à cada realidade.

O diretor pode ser considerado então, como um líder nato; e, portanto, favorecedor de aprendizagens e conhecimentos, destacamos aqui, a ênfase às questões sobre à Educação Ambiental.

Durante o mês de maio de 2019 foram realizadas algumas observações nas duas instituições pesquisadas “A” e “B”; foram elaboradas pela pesquisadora um planejamento para realizar as observações nas instituições pesquisadas.

De acordo com as observações realizadas nas instituições pesquisadas “A” e “B”; a maioria dos profissionais tentam dar ênfase à Educação Ambiental, colaboram para que sejam trabalhadas questões relacionadas com o meio ambiente nas escolas, pois é importantíssimo para conscientizar os alunos sobre a necessidade de preservarmos a biosfera, além de desenvolver novos hábitos e atitudes para a preservação do meio ambiente; e para perceber a importância dele na conservação.

Notou-se que, as duas Instituições pesquisadas tentam trabalhar da melhor forma possível sobre as questões ambientais, temática indispensável, importante e necessária para um futuro melhor.

Porém a pesquisadora insistiu em um estudo através de observações, foi feito anotações de acordo com o possível.

Acredita-se que é importante que sejam trabalhadas algumas questões relacionadas sobre o meio ambiente nas escolas. Pois quando as crianças são conscientizadas é como se fossem sementes plantadas que um dia darão frutos.

Além de ser importante o cuidado com o meio ambiente, destaca-se que a preservação e conservação do meio ambiente são importantes para garantir o futuro das próximas gerações.

Destaca-se também que nas Instituições tanto “A” quanto “B” há coleta seletiva do lixo.

Os ambientes físicos da escola são adequados ao processo de ensino-aprendizagem, porém há muita coisa a ser melhorada. Nota-se que precisa ser melhorada a acessibilidade e a cobertura da quadra em ambas instituições.

Foi notado que a Educação Ambiental é trabalhada através de projetos, visitas, passeios, viagens, aulas expositivas, pesquisas e algumas práticas.

Acredita-se que as escolas possuem espaços físicos adequados ao processo de ensino-aprendizagem, porém com uma certa precariedade.

Ambas escolas trabalham com a Educação Ambiental das seguintes formas; pesquisas, projetos, aulas expositivas.

O professor tem um papel importantíssimo na formação de uma consciência de educação ambiental; conservação e preservação do meio ambiente destacam-se aqui o seguinte:

Professores são tanto mediadores quanto orientadores, pois conduzem o educando ao conhecimento e trabalham bastante a educação ambiental; com o intuito de despertar no aluno uma consciência crítica e reflexiva quanto ao seu papel na sociedade;

Considera-se que a educação é imprescindível e que as mudanças partem dela, não seria diferente na conscientização da educação ambiental, dentro da escola alcançando êxitos que refletem lá fora;

Acredita-se ainda que o papel do professor é de extrema importância para impulsionar as transformações de valores, por meio da elaboração de propostas que promovem a conscientização de mudanças de atitudes do educando, para buscar a melhoria do ambiente;

Porque nota-se que o professor tem um papel importante na conscientização dos alunos, orientando-os e os levando a perceber que estes são parte integrante do meio ambiente.

A educação ambiental é muito importante, pois as nossas gerações formarão hábitos que garante a preservação às futuras gerações. O exemplo também é fundamental. Nada adianta falar se não houver a prática;

O professor é considerado um conscientizador do meio em que estamos inseridos, já que ele é visto como um reflexo para os alunos, pois irão não só pensar no que dizem, mas o que fazem, ou seja, o que praticam são de fundamental importância para os alunos;

O papel do professor é esclarecer quais as vantagens de um cidadão consciente em relação ao meio ambiente, a importância da preservação partindo do individual para o coletivo e em que cada um saiba fazer a sua parte em relação à educação ambiental;

O professor é considerado mediador do conhecimento, pois ele deve trabalhar levando em consideração um conhecimento preliminar do aluno trazido de fora da sala de aula;

O professor pode através de sua disciplina, levar seu aluno a fazer pesquisas, desenvolver projetos que melhorem a consciência por um mundo melhor;

O professor pode ser considerado como um mediador, pois a aula pode ser direcionada conforme a vivência do aluno com seu olhar para o meio ambiente.

A postura do professor deve ser a de mediar os fatos para que o aluno construa o seu desenvolvimento na aprendizagem partindo dos conhecimentos já adquiridos;

A função do professor deve ser de atuar tanto em mediação quanto em orientação, pois leva ao aluno a uma conscientização ampla, mediando um conhecimento prévio e orientando a ter uma nova visão;

Mediar a aprendizagem e orientar os estudos;

A palavra de um mentor tem muito peso na formação de opinião do aluno. Então quanto mais o professor pratica e fala sobre um hábito de vida, mais relevante ele se torna para o aprendiz;

Levar o aluno a pensar em práticas de preservação e conservação do meio ambiente com projetos, pesquisa e ações no dia a dia inclusive em sala de aula;

Ele media as transformações de valores, orientando através de propostas pedagógicas e conscientização de mudanças de atitude na conservação, preservação e amor ao meio ambiente;

Quando os indivíduos são conscientizados é como se fossem sementes plantadas que no futuro poderá dar frutos;

O professor pode ser considerado mediador e orientador do processo de ensino-aprendizagem;

O professor tem um papel de fundamental importância na formação de indivíduos críticos e autoconscientes em relação ao meio ambiente;

O professor pode e deve trabalhar questões ambientais em sala de aula, pois pode ser mediador e orientador do processo de ensino-aprendizagem.

Quando observado se a parte física da escola adequada ao processo de ensino-aprendizagem; considera-se que sim, porém alguns espaços não são adequados. Pois, ainda há

muita coisa que precisa ser melhorada, como por exemplo; ter um espaço adequado para desenvolver a educação ambiental e atividades de Educação Física; maior conscientização por parte dos indivíduos quanto à questão do lixo; A possibilidade de visitas em reservas ambientais, lugares de tratamento de esgoto e no destino do lixo; Quadra esportiva adequada; considerando que é possível trabalhar esse conteúdo em quase todo o ambiente, porém precisa de apoio externo à escola com exposições e visitas; Falta acessibilidade e quadra e pátio cobertos.

Considerando que uma escola ideal é aquela que atenda às necessidades básicas do aluno como; acessibilidade, sociabilidade levando em conta à inclusão; há carência de suportes para a pesquisa (como um laboratório que atenda mais às necessidades dos educandos) limitando ao professor uma aula com mais propriedade.

Porém na medida do possível o professor adequa para que o aluno tenha a maior variedade de recursos possíveis; precisa-se de uma quadra e um pátio, cobertos, um refeitório fechado, uma parquinho e de pequenos locais arborizados para a convivência dos alunos, pais e escola; bibliotecas, laboratórios, acreditando que se a infraestrutura escolar for boa, os resultados e desempenhos serão bons; faltam ambientes planejados de acordo com cada atividade a ser neles desenvolvidas; como bibliotecas, salas específicas para atendimentos especializados e espaços para a realização de tarefas extraclasse; em algumas salas faltam quadros melhores, acredita-se que em cada sala deveria ter um Datashow ou acesso à internet, para ter aulas mais dinâmicas e interessantes.

Por acreditar que vivemos em um mundo globalizado, onde chegam até os indivíduos milhares de informações o tempo todo, porém seria importantíssimo analisar essas informações e conhecimentos, ou seja filtrar o que é verídico ou não.

Observou-se também que em algumas salas a iluminação é precária e o calor é intenso. O número grande de alunos por sala também atrapalha o ensino-aprendizagem; há falta de investimentos por parte do governo, verbas destinadas à educação; falta de um ambiente mais propício para adequar conteúdo à prática; falta de um espaço para aulas em espaço aberto com direito à sombra, quadra coberta, destinada à atividades em espaços abertos, uma horta em que todos trabalhem em conjunto; Apesar da escola oferecer boas condições ao processo de ensino-aprendizagem, porém ainda há muito a ser melhorado como salas mais amplas, espaços para a leitura, adequação dos espaços externos às salas, a melhoria do pátio, no mínimo um pátio coberto.

Em uma outra observação notou-se que, a higiene é importante no ambiente escolar, observou-se que a limpeza é primordial a qualquer ambiente; a limpeza evita doenças,

o ambiente é mais agradável e sem a higiene adequada é quase impossível permanecer em qualquer lugar que seja; é importante por que ficamos praticamente 5 (cinco) horas no ambiente escolar e que não haja disseminação de doenças, manter a higiene é essencial; os hábitos de higiene na escola devem ser reforçados, tanto ao transferir o conhecimento quanto ao reforçarem na prática. Pois, os alunos tendem a trazer os hábitos, as maneiras de casa, por isso é importante que alguns hábitos sejam reforçados; a higiene também é algo que se aprende na escola, porque tem muitas famílias que não ensinam os indivíduos hábitos de higiene, nem mesmo a higiene pessoal. E sem esse hábito na escola fica impossível a conscientização ambiental; acreditando que em um ambiente limpo é mais prazeroso trabalhar, fica mais acessível e evita possíveis doenças e até infecções; também porque a higiene reflete cuidados, zelo.

Em um ambiente limpo e aconchegante, as pessoas costumam a desenvolver-se mais tanto intelectualmente como socialmente; e através da orientação ambiental que se pode ter e manter a higiene da escola e outros ambientes dependendo de cada um; em um ambiente escolar acreditamos que há um contato maior com outros indivíduos o tempo todo e em ambientes muito fechados pode gerar contaminações; Devemos considerar que o ambiente escolar deveria ser considerado o segundo lar logo a limpeza e a higiene torna qualquer ambiente agradável, além de ser um exemplo a ser seguido pelos alunos; um ambiente higienizado traz harmonia e melhoria nas qualidades de saúde e de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste pode-se concluir que, ainda há muito para se pesquisar, investigar e acrescentar acerca do tema, pois este é relevante e de extrema importância para o bom crescimento e desenvolvimento de uma sociedade cada vez mais justa, crítica e reflexiva, tanto sobre as próprias ações dos indivíduos como para análises de situações pertinentes do cotidiano, seja este em âmbito escolar, trabalho e familiar. Pois considero, que o ser humano esteja em constante aprendizado e formação,

Analizou-se que a escola pode ser um ambiente formador de opiniões, ações e hábitos, destaca-se ainda a importância primordial do professor, como agente mediador e orientador deste processo considerado complexo, que é o processo de ensino aprendizagem.

Ao pesquisar sobre o tema meio ambiente percebe-se a carência e necessidade de uma reflexão acerca desse tema. Pois infelizmente os indivíduos em sua maioria não possuem conscientização sobre a importância da educação ambiental.

O professor tem um papel fundamental tanto de mediador quanto de orientador desse processo considerado tão complexo que é o processo de ensino-aprendizagem.

Após a investigação em duas escolas de ensino fundamental em Anápolis Goiás sendo identificadas apenas como instituição “A” e Instituição “B”, constatou-se que as escolas trabalham com as questões ambientais através de: projetos, temas transversais e tentando realizar um trabalho interdisciplinar, porém nem todos os profissionais encontram-se preparados e às vezes ainda não conseguem realizar este trabalho com êxito. Esse trabalho com as questões ambientais acredita-se que seja necessário e de fundamental importância principalmente pela busca de uma educação ambiental de qualidade tanto para os indivíduos quanto para o benefício da própria sociedade.

De acordo com o estudo existem projetos específicos relacionados com o meio ambiente, além disso, nas instituições existe a preocupação com as questões ambientais e há a tentativa de se fazer um trabalho interdisciplinar.

As Instituições estão em busca da formação de cidadãos conscientes responsáveis e preocupados com a educação ambiental, visa trabalhar em busca de uma melhor qualidade de vida em relação a um bem-estar comum.

As Instituições “A” e “B” possuem espaços físicos destinados ao processo de ensino-aprendizagem, porém estes espaços na maioria das vezes são considerados como não adequados, bem planejados e estruturados para a realização de aulas e demais eventos culturais, fatores importantes no processo de ensino-aprendizagem.

De acordo com a LDB, não há uma matéria específica para se tratar da educação ambiental, porém em seu Art.26 § 7º destaca que: os currículos do ensino fundamental e médio devem incluir os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental que deve ser tratada de forma integrada aos conteúdos obrigatórios. Destaca-se aqui a importância de se trabalhar com a Educação Ambiental desde à Educação Infantil, procurando formar indivíduos conscientes com à preservação do meio ambiente.

As políticas ambientais existem, porém em algumas vezes o que falta além da conscientização da sociedade como um todo poderia ser a fiscalização, visando sempre um bem comum.

Infelizmente, alguns dos importantes órgãos de conscientização, proteção e orientação sobre à temática, foram extintos pelo atual governo federal.

Vislumbrar a Educação Ambiental enquanto um ato de amor significa mesmo, olhar para o ambiente e voltar a nós a responsabilidade de transformarmos a realidade em que estamos inseridos. Em suas palavras, Freire ressalta seu anseio em relação a como ele seria lembrado e assim diz: “Eu gostaria de ser lembrado como alguém que amou o mundo, as pessoas, os bichos, as árvores, a terra, a água, a vida! (FREIRE, 2001, p. 25)”.

As Instituições trabalham com um tema central durante o ano letivo, além disso, trabalham com um tema a cada mês; e especialmente no mês de junho é trabalhado o tema “Meio Ambiente”, porém além disso as questões ambientais são abordadas através de projetos, temas transversais e de um trabalho interdisciplinar.

Observou-se também a importância de uma educação ambiental bem planejada, presente e efetivamente ativa no contexto das instituições escolares.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

ADAMS, Berenice Gehlen. **O que é Educação Ambiental?** Projeto Apoema. 2005. Disponível em: <<http://www.apoema.com.br/definicoes.htm>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

ALMEIDA, Marcos Antônio Bettine De. **Qualidade de vida: definição, conceitos e interfaces com outras áreas de pesquisa** / Marcos Antônio Bettine de Almeida, Gustavo Luís Gutierrez, Renato Marques: prefácio do professor Luiz Gonzaga Godoi Trigo. – São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH/USP, 2012. 142p.: il. Modo de acesso ao texto: <http://www.each.usp.br/edicoes-each/qualidade_vida.pdf> - Acesso em 19 dezembro de 2018.

ANÁPOLIS, Prefeitura Municipal. **Rede Municipal de Educação desenvolve práticas de responsabilidade socioambiental.** Disponível em:<https://www.anapolis.go.gov.br/rede-municipal-de-educacao-desenvolve-praticas-de-responsabilidade-socioambiental/> - Acesso em: 30/06/2021.

ANDRADE, Danilo. **Políticas Públicas: o que são e para que servem?** Disponível em: <https://www.politize.com.br/politicas-publicas/>- Acesso em:04/02/2022

ANDRADE, D. F. **Implementação da Educação Ambiental em escolas: uma reflexão.** In: Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 4. Out/nov/dez, 2000.

ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro.** São Paulo: Perspectiva, 2014

ASSMANN, H.; SUNG, J. M. **Competência e Sensibilidade Solidária: Educar para a Esperança.** Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **À sombra desta mangueira.** 4. ed. São Paulo: Olho D'água, 2001

BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. **Qualidade de Vida e Ambiente: Uma Temática em Construção.** In: BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas (org.). **A Temática Ambiental e a Pluralidade do Ciclo de Seminários do NEPAM.** Campinas: UNICAMP, NEPAM, 1998, p. 401- 423.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é-o que não é.** Editora Vozes Limitada, 2017.

BRASIL. **Lei nº 6.938,** de 31 de agosto de 1981. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 12 mai. 2013.

_____. **Lei 9.795** de 27 de abril de 1999, dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental, disponível em <<http://www.planalto.gov.br>> último acesso em 22 de abril de 2010.

_____. **Ministério da Educação.** Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente e Saúde** – MEC. Brasília, 1997.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Secretaria da Educação Fundamental.3. ed. Brasília: A Secretaria, 2001.

_____. **Plano Nacional de Educação 2014-2024:** Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

_____. **Programa nacional de educação ambiental - ProNEA** / Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. - 3. Ed - Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

_____. **Vamos Cuidar do Brasil:** Conceitos e Práticas em Educação Ambiental na Escola. MEC. Brasília, 2007.

BRZEZINSK. Iria (Org). **LDB/1996 contemporânea: contradições. Tensões, compromissos.** São Paulo: Cortez, 2014.

CAMPOS, F. Itami. **Ciência Política: Introdução à Teoria do Estado.** Goiânia, Ed. Vieira, 2005.

CASTRO, R.; ALMEIDA, B.; SILVA, T. **A importância da Sensibilização no programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), dentro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) –Campus Açailândia.** In: VII CONNEPI Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação. 2012.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa** Tradução: Cláudia Sant’ Anna Martins - 1 ed. – São Paulo - Editora Gaia – 2010

CARVALHO, Antonio Pedro. **Os Jardins Acústicos da Cidade do Porto.** Análise Acústica. Departamento de Engenharia do Ambiente, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2012. Disponível em:<https://sigarra.up.pt/fdup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=55599/>. Acesso em: 15 de jan. 2017. 10:00:00

CARVALHO, Rogerio Paniago. **Acústica Arquitetônica.** Brasília: Thesaurus, 2010.

DEVIDE, F. P. **Educação Física, Qualidade de Vida e Saúde:** Intersecção e Reflexões sobre a Intervenção. Revista Movimento, Porto Alegre v. 8, n.2, p.77-84, 2002.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental:** Princípios e Práticas. 2. ed. São Paulo: Gaia, 1993.

_____. **Educação Ambiental:** Princípios e Práticas. 5. ed. São Paulo: Gaia, 1998. 400 p.

DIAS, Reinaldo; Cassar, Maurício; Zavaglia, Tércia. **Introdução a administração da competitividade a sustentabilidade.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2003.

DREW, D. **Processos Interativos Homem-Meio Ambiente**. David Drew; tradução de João Alves dos Santos; revisão de Suely Bastos; coordenação editorial de Antonio Christofolletti. – 3ª Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, 201 p.

DRUMMOND, José Augusto. **A história ambiental: temas fontes e linhas de pesquisa**. Disponível em: <http://professores.cds.unb.br/drummond/pub/>?. Acesso em 11 março de 2018.

_____. **História Ambiental: Fronteira, Recursos Naturais e Conservação da Natureza - Capa Comum – 30 dezembro 2011** por José Augusto Drummond (Autor), José Luiz de Andrade Franco (Autor), Sandro Dutra (Autor)

ELALI, G.A. **O Ambiente da Escola: Uma Discussão Sobre a Relação Escola – Natureza em Educação Infantil**. Estudos de Psicologia, v. 8, n. 2, p. 309-319, 2003.

FERREIRA, Naura S. C. (org.). **Gestão democrática da educação**. São Paulo: Cortez, 1999.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 116.

FRANCO, JLA; SILVA, S.D; DRUMOND, J.A; TAVARES, G.G. **História Ambiental: territórios, fronteiras e biodiversidade**. Vol. 02, 1ª ed., Rio de Janeiro, editora Terra Mater, 432 p., 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 15 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2000.

_____. **Política e educação: ensaios**. 5. ed. – São Paulo, Cortez, 2001 (Coleção Questões de Nossa Época; v23)

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 16 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983

_____. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 11ª edição, São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da esperança**. 9º ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GIDDENS, Anthony. **A Política da Mudança Climática**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. 314 p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, Aguinaldo. **Em busca do diálogo do controle social sobre o estilo de vida**. In: VILARTA, Roberto (org.) Qualidade de Vida 137 e políticas públicas: saúde, lazer e atividade física. Campinas, IPES, 2004, p. 17-26.

GONÇALVES, Aguinaldo; VILARTA, Roberto **Qualidade de Vida: identidades e indicadores**. In: GONÇALVES, Aguinaldo e VILARTA, Roberto (orgs). **Qualidade de Vida e atividade física: explorando teorias e práticas**. Barueri: Manole, 2004, p.03-25.

GUTIERREZ, Gustavo. **Lazer exclusão social e militância política**. In: BRUHNS, H. e GUTIERREZ, G. (orgs). **Temas sobre o Lazer**. Campinas: Autores Associados, 2000.

ICMBIO. **ProNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental**. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/politicas/pronea.html>. Acesso em 25/03/2022.

JACOBI, Pedro Roberto. **Educação Ambiental: O Desafio da Construção de um Pensamento Crítico, Complexo e Reflexivo**. Educação e Pesquisa, São Paulo, 2005.

JACOBI, Pedro Roberto. **Educação ambiental: cidadania e sustentabilidade**. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 189-205, mar. 2003

JANUZZI, M. **Repensando a Prática de Uso de Indicadores Sociais na Formulação e Avaliação de Políticas Municipais**. In: T. KEINERT & A. P. KARRUZ (Orgs.). **Qualidade de Vida: Observatórios, Experiências e Metodologias**. São Paulo: Anablume/FAPESP, 2002, p.53-71.

LEFF, Enrique. **Agroecologia e saber ambiental**. Porto Alegre, v. 3. n. 1. Jan/Mar: 2002.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

LUCK, Heloísa. **Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos**. 11. Ed, Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____. **Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**. In: REIGOTA, M. (org.). **Verde Cotidiano: O Meio Ambiente em Discussão**. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 1999.

_____. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos.; FERREIRA, J.; SEABRA, M. **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **MEADWOWS, Limites do Crescimento. Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

MARQUEZAN, R., MELO, A.M., RODRIGUES, G.F.; NOAL, D. **Dinâmica de Sala de Aula: Uma Variável na Aprendizagem**. In: Revista de Educação UFSM, n. 22, Santa Maria, 2003.

NAHAS, M. V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. 3. ed. Londrina: Midiograf, 2003.

MACEDO, J.; QUEIROZ, M.; MARTINS, M.; DINIZ, R.; LIMA, T., MORAIS, C. Estudo do consumo de copos descartáveis no campus Porto Velho Calama e os impactos ambientais e econômicos da substituição dos mesmos. *South American Journal of Basic Education, Technical and Technological*, v. 2, n. 2, 2016.

_____.BARROS, M. V. G.; FRANCALACCI, V. L. **O pentáculo do bem-estar: base conceitual para avaliação do estilo de vida de indivíduos ou grupos.** Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde, v. 5, n. 2, 2001, 48-59.

NUNES, Helen Regina Mayhé. **A Educação Ambiental e o Papel do Professor de Biologia na Formação de Consciência Ecológica.** In: Boletim Técnico do PROCIRS. Porto Alegre, 2 (6): 13-14, Abr/jun. 1986.

_____.**Educação Ambiental: Princípios e Objetivos.** Revista de Educação AEC. Brasília, Ano 17. 68:19 – 28, Abr/jun. 1988.

O ECO. **O que é Desenvolvimento Sustentável. Dicionário Ambiental.** ((o)eco, Rio de Janeiro, ago. 2014. Disponível em: <http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28588-o-que-e-desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em: 09 de agosto de 2019

ONU. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/> Acesso em: 24/02/2020.

PALANGANA, I. C. **Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky: (a relevância do social).** 3.ed. São Paulo: Summus, 2001.

PIETRAFESA, P. J;BORBA,O. **Redação Científica: Orientações e Normas.**, Anápolis, ABNT., 2015.

REIGOTA, Marcos. **Meio Ambiente e Representação Social.** 2. ed. São Paulo: Cortez,1997.

_____.**O Que é Educação Ambiental.** São Paulo: Brasiliense, 2009.

_____.**Ciência e Sustentabilidade: A Contribuição da Educação Ambiental.** Avaliação-Revista de Avaliação da Educação superior, 2007.

ROCHA, José Cláudio. **PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (PNEDH).** In: **Guia de Educação em Direitos Humanos**, organizado por José Cláudio Rocha, Camaçari, UNEB, 2009.

_____.**Teoria do Estado Democrático: Os Novos Mecanismos de Participação Popular em Debate,** Salvador, Editora EDUNEB, 2009.

ROCHA, S. S. L.; FELL, V. E. A. **Qualidade de Vida no Trabalho Docente em Enfermagem.** Revista Latino-Americana de Enfermagem, Ribeirão Preto, v.12, n.1, p. 28-35, 2004.

RODRIGUEZ, José M. Mateo; SILVA, Edson Vicente da. **Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: problemática, tendências e desafios.** Fortaleza, Expressão Gráfica e Editora, 2013. 2º Capítulo.

SANTOS, Fabiano Pereira dos. **Meio Ambiente e Poluição**. Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 201, 23 jan. 2004. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/4753/meio-ambiente-e-poluicao>. Acesso em: 21 mai. 2012.

SATO, Michéle (org.). **Educação Ambiental: Pesquisas e Desafios**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2005.

SILVA, Sebastião B. **Direitos Ambientais são Direitos Humanos**. Disponível em <<http://www.dhnet.org.br>> acesso em 22 de abril de 2019.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 184.

TRAVASSOS, Edson Gomes. **A Prática da Educação Ambiental nas Escolas**. Porto Alegre: Mediação, 2006.

VARINE, Hugues de. **O Ecomuseu**. *Ciências e Letras*, n. 27, p. 61-90, 2000.

VYGOTSKY, L.S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1998.

_____. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo, Martins Fontes, 1989.

SORRENTINO, Marcos et al. **Educação ambiental como política pública**. São Paulo: Educação e Pesquisa, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005. Acesso em 29/06/2020, disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2.pdf>>

SORRENTINO, M. de Tbilisi a Thessaloníki. **A educação ambiental no Brasil**. In: **JACOBI, P. et al. (orgs.). Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências**. São Paulo: SMA, 1998, p196-197.

SILVA, Elisabete V., LIMA, Rosely Maria. **Educação Ambiental: implantação de horta e jardim suspensos no Centro Estadual de Educação básica para Jovens e Adultos Prof.^a Linda Eiko Akagi Miyadi de Apucarana (PR)**. Apucarana –PR, artigo PDE, 2013.

ZANETTI, Isabel Cristina Bruno Bacellar. **Além do lixo. Reciclar: um processo de transformação**. Brasília: Terra Una, 1997, p. 14-15. (Rodapé)

ZANETTI, Isabel Cristina Bruno Bacellar. **Além do lixo. Reciclar: um processo de transformação**. Brasília: Terra Una, 1997.

APÊNDICES

APÊNDICE A

QUADRO 5 - PROJETOS E AÇÕES QUE A ESCOLA TRABALHA ENVOLVENDO O MEIO AMBIENTE. ESCOLA “A” E ESCOLA “B”

O professor poderá reconhecer as possibilidades de intercessão da presença e profundidade das formas artísticas para o seu trabalho em sala de aula, assim como as demais disciplinas do currículo.

PROJETOS INSTITUCIONAIS

- Alimente com amor – (Todas as instituições);
- Doenças crônicas – 1º Bimestre;
- Meio ambiente e desperdício – 2º Bimestre;
- Projeto *Bullying* – Brincadeira sem graça – (todas as unidades escolares);
- Projeto Ler Por Prazer Contadores de História; CEIS e CEMAIS, Jardim II e escolas de 1º ao 9º Ano;
- Projeto Feira de Ciências (escolas de 3º ao 9º ano);
- Projeto Olimpíada Digital de Matemática (escolas de 3º ao 9º Ano);
- Projeto Olimpíada do Conhecimento (escolas de 3º ao 9º Ano);
- Projetos Parceiros do Ensino em Goiás – (PEG);
- Projeto ADA – Avaliação Digital Amostral;
- Projeto Aprender Mais;
- Projeto Matemática, toda criança que nasce é destinada à Matemática – 1º ao 5º Ano;
- Projeto Orfanato (visita e doações);
- Projetos da Escola Por Adesão:
- Projeto Festival de Ginástica (3º ao 9º Ano);
- Projeto Esporte na Escola (Escolas de 3º ao 9º Ano);
- Projeto Bibliotur – Visita à Biblioteca Municipal Zeca Batista;
- Projeto PROERD (em parceria com a Polícia Militar de Goiás);
- Projeto SOS Terra – Arte em prol da Ecologia – Roberto Brenner e Equipe Prefeitura em Ação;
- Projeto OBA (Olimpíada de Astronomia e Astronáutica – 1º ao 9º Ano);
- Projeto Casa Brasil; Passeio visita (Explorar algum conteúdo de Ciências Humanas e da Natureza).
- Temas Transversais:
- A educação começa com o respeito;
- Higiene;
- Cuidados com a saúde;
- Respeito ao meio ambiente;
- O ser humano e sua complexidade.

APÊNDICE B

QUADRO 6 - PROJETOS INSTITUCIONAIS DAS ESCOLAS “A”e“B”

Foi realizada uma observação com o objetivo de analisar as relações dos projetos com o meio ambiente; na verdade todos os projetos têm uma relação com o meio ambiente, seja direta ou indiretamente, porém foi feita uma observação no decorrer do desenvolvimento dos projetos, visando dar uma ênfase maior em relação ao tema meio ambiente e qualidade de vida.

Projetos	Sim	Não
- Ler por prazer (1º ao 4º ano); (Contador de histórias).;		X
- Olimpíadas do conhecimento (Pedagógico);		X
- Olimpíada de Língua Portuguesa (Concurso Nacional);		X
- Projeto Educação Fiscal;		X
- (OBM)Olimpíada Brasileira de Matemática;		X
- (OBA) Olimpíada Brasileira de Astronomia.		X
- Projeto toda criança que nasce é um ser destinado à matemática;		X
- II Feira de Ciências Cultura <i>Maker</i> (4º ao 9º Ano);	X	
- Esporte Escola;		X
- Festival de Ginástica;		X
- Projeto Zatopek; 13/04;		X
- Jogos da Primavera;		X
- Bibliosesc;		X
- Saúde na Escola;		X
- PNLD (Escolha dos livros dos anos finais);		X
- Projeto Borboletas;Jardim II;	X	
- Hino Nacional Semanal;		X

- Professor Inovador.	X	
- Projeto SOS Terra – Arte em prol da Ecologia – Roberto Brenner e Equipe Prefeitura em Ação;	X	
- Projeto Casa Brasil; Passeio visita (Explorar algum conteúdo de Ciências Humanas e da Natureza).	X	
- Projeto Bullying – Brincadeira sem graça – (todas as unidades escolares);	X	
- Projeto Orfanato (visita e doações);		X
- Projeto PROERD (em parceria com a Polícia Militar de Goiás);	X	
- Alimente com amor – (Todas as instituições);	X	
- Doenças crônicas	X	
- Meio ambiente e desperdício	X	
- Mais Alfabetização		X
- Pibid (<i>Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência</i>)	X	

PROJETOS DA ESCOLA:

Datas comemorativas.		X
Semana de Educação para a vida.	X	
Hino Nacional semanalmente na escola.		X
Todos contra a obesidade;	X	
Mais Alfabetização;	X	
Escola do Adolescente;	X	
PIBID (Programa Institucional de Iniciação à Docência).	X	

TEMAS TRANSVERSAIS

A Educação começa com o Respeito	X	
Higiene	X	
Cuidados com a saúde	X	
Respeito ao meio ambiente	X	
O ser humano e sua complexidade	X	

Legenda: (X) Sim.(X) Não.

APÊNDICE C

QUADRO 7 - PROJETOS QUE AS INSTITUIÇÕES PESQUISADAS TRABALHAM, QUE SE REFEREM À EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Projetos	Instituições	Observações
Ler por prazer (1º ao 4º ano); (Contador de histórias).	A e B	Durante algum tempo é feita uma seleção em cada uma das instituições, após essa seleção é criado um cenário em uma determinada Escola chamada de Escola Polo, para que aconteça a grande seleção do melhor contador de histórias, ao final premiam-se os participantes.
Esporte Escola;	A	Não são todas as Escolas que têm um professor específico para as atividades físicas, observei que tem na escola “A”, apesar da instituição não ter quadra nem um pátio coberto. Na instituição “A” a situação é tão precária que em dias de chuva os alunos não têm recreio, devido à falta de um pátio coberto. Então, os alunos ficam o período do recreio em sala.
Projeto Borboletas; Jardim II;	“A” e “B”	Este projeto Borboleta é um dia em que os alunos das creches (jardim II) visitam a escola de Ensino Fundamental, acompanhados da professora e com o objetivo de se familiarizar com o ambiente escolar e com as professoras dos 1º Anos e demais funcionários da escola.
Projeto SOS Terra – Arte em prol da Ecologia – Roberto Brenner e Equipe Prefeitura em Ação;	“A”	O projeto conta com uma equipe que vai até à escola falar sobre a natureza e meio ambiente, através de músicas, palestras e informações.
Projeto Casa Brasil; Passeio visita (Explorar algum conteúdo de Ciências Humanas e da Natureza).	“A”	Um passeio a casa Brasil, porém não levaram todas as salas, sendo selecionadas apenas algumas.
Projeto Bullying – Brincadeira sem graça – (todas as unidades escolares);	“A” e “B”	O projeto visa ser trabalhado em todas as unidades escolares.
Projeto Orfanato (visita e doações);	“A”	Os alunos colaboram cada sala leva as doações de itens específicos para cada sala, ao final são selecionadas algumas salas de alunos maiores para que, em um dia específico, acompanhados dos professores visitem um orfanato escolhido pela instituição escolar e entreguem as doações.
Meio ambiente e desperdício	“A” e “B”	Trabalha a questão do desperdício de água e alimentos.
Mais Alfabetização	“A” e “B”	Visa alfabetizar todas os alunos de 1º e 2º Anos.
Pibid (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência)	“A”	Trabalhar um projeto específico de História nas séries iniciais.
Semana de Educação para a vida.		Exposição de todos os trabalhos de todos os temas trabalhados durante o decorrer do ano letivo
Respeito ao meio ambiente;	“A” e “B”	Conscientizar sobre o respeito ao meio ambiente.
Horta na Escola	“A”	Há um pequeno espaço onde fica a horta na escola, onde algumas salas visitam, plantam, regam e

		ajudam a cuidar durante o ano letivo. Porém não são todas as salas que participam do projeto.
--	--	---

QUADRO DE PROJETOS REFERENTES À EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Instituição “A”:	Instituição “B”:
Alimente com amor	Alimente com amor
Doenças crônicas	Doenças crônicas
Meio ambiente e desperdício	Meio ambiente e desperdício
Projeto Bullying – Brincadeira sem graça	Projeto Bullying – Brincadeira sem graça
Projeto Ler Por Prazer Contadores de História	Projeto Ler Por Prazer Contadores de História
Projeto Feira de Ciências (escolas	Projeto Feira de Ciências (escolas
Projeto PROERD (em parceria com a Polícia Militar de Goiás);	Projeto PROERD (em parceria com a Polícia Militar de Goiás);
Projeto SOS Terra – Arte em prol da Ecologia – Roberto Brenner e Equipe Prefeitura em Ação.	Projeto SOS Terra – Arte em prol da Ecologia – Roberto Brenner e Equipe Prefeitura em Ação.
Projeto OBA (Olimpíada de Astronomia e Astronáutica	Projeto OBA (Olimpíada de Astronomia e Astronáutica
Projeto Casa Brasil; Passeio visita (Explorar algum conteúdo de Ciências Humanas e da Natureza).	Projeto Casa Brasil; Passeio visita (Explorar algum conteúdo de Ciências Humanas e da Natureza).
Temas Transversais:	Temas Transversais:
A educação começa com o respeito;	A educação começa com o respeito;
Higiene	Higiene
Cuidados com a saúde	Cuidados com a saúde
Respeito ao meio ambiente	Respeito ao meio ambiente
O ser humano e sua complexidade	O ser humano e sua complexidade
Pibid (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência); “O Ensino de História nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental: e A Formação do Professor Pesquisador”. E subprojeto; O Ensino de História Local e Patrimonial nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Escola boa é escola limpa
Preservando o ambiente escolar;	Recolhimento de óleo
Todos contra a dengue: Cuidados com o ambiente para evitar a doença.	Projeto Borboletas; Jardim II
Projeto Borboletas; Jardim II	

APÊNDICE D

QUADRO 8 - DADOS DO CENSO/2018 INSTITUIÇÃO “A”

Segundo os dados do Censo/2018, a Instituição “A”, conta com os seguintes dados:

Etapas de Ensino:

- Ensino Fundamental
- Ensino Fundamental - Anos Iniciais
- Ensino Fundamental - Anos Finais

Infraestrutura

- Alimentação escolar para os alunos
- Água filtrada
- Água da rede pública
- Energia da rede pública
- Fossa
- Lixo destinado à coleta periódica
- Acesso à Internet

Equipamentos

- TV
- DVD
- Copiadora
- Retroprojektor
- Impressora
- Aparelho de som
- Projetor multimídia (datashow)
- Câmera fotográfica/filmadora

Dependências

- 9 salas de aulas
- 44 funcionários
- Sala de professores
- Laboratório de informática
- Cozinha
- Banheiro dentro do prédio
- Sala de secretaria
- Almojarifado
- Pátio descoberto

APÊNDICE E**QUADRO 9 - ÍNDICE DO IDEB DA INSTITUIÇÃO “A”**

Ano	Ideb	Projeção Ideb	Município Ideb
2005	0.0	-	3.5
2007	4.0	0.0	3.7
2009	0.0	4.0	3.8
2011	0.0	4.0	4.2
2013	0.0	4.0	4.7
2015	0.0	5.0	4.9
2017	0.0	5.0	5.0
2019	-	5.0	5.2
2021	-	6.0	5.5

APÊNDICE F

QUADRO 10 - DADOS DO CENSO/2018 INSTITUIÇÃO “B”

Segundo os dados do Censo/2018, a Instituição “B”, conta com os seguintes dados:

Etapas de Ensino

- Ensino Fundamental
- Ensino Fundamental - Anos Iniciais

Infraestrutura

- Alimentação escolar para os alunos
- Água filtrada
- Água da rede pública
- Energia da rede pública
- Esgoto da rede pública
- Lixo destinado à coleta periódica
- Acesso à Internet
- Banda larga

Equipamentos

- TV
- DVD
- Copiadora
- Impressora
- Aparelho de som
- Projetor multimídia (datashow)
- Câmera fotográfica/filmadora

Dependências

- 12 salas de aulas
- 57 funcionários
- Sala de diretoria
- Sala de professores
- Laboratório de informática
- Sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE)
- Cozinha
- Biblioteca
- Banheiro dentro do prédio
- Banheiro adequado à alunos com deficiência ou mobilidade reduzida
- Dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida
- Sala de secretaria
- Banheiro com chuveiro
- Despensa
- Pátio coberto

APÊNDICE G**QUADRO 11 - ÍNDICE DO IDEB DA INSTITUIÇÃO “B”**

Ano	Ideb	Projeção Ideb	Município Ideb
2005	4.0	-	3.5
2007	4.0	4.0	3.7
2009	4.0	4.0	3.8
2011	5.0	5.0	4.2
2013	5.0	5.0	4.7
2015	6.0	5.0	4.9
2017	7.0	6.0	5.0
2019	-	6.0	5.2
2021	-	6.0	5.5

ANEXOS

ANEXO 1 - CÓDIGO DE MEIO AMBIENTE DE ANÁPOLIS-GO 2019

PROJETO DE LEI Nº XXX DE XX DE MARÇO DE 2019 INSTITUI O CÓDIGO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS E A CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS aprovou juntamente com o Prefeito Municipal de Anápolis, sancionou a presente Lei:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1.º Esta Lei institui o Código Ambiental de Anápolis, fundamentado no interesse local, conforme disposto na Constituição Federal, e regula a ação do Poder Público Municipal, sua relação com os cidadãos e instituições públicas e privadas na preservação, conservação, defesa, melhoria, recuperação e controle do Meio Ambiente ecologicamente equilibrado, bem de interesse comum e essencial à sadia qualidade de vida.

Art. 2.º São Princípios do Código Ambiental de Anápolis, com vistas a garantir a sadia 2 MINUTA DE PROJETO DE LEI – CÓDIGO DE MEIO AMBIENTE DE ANÁPOLIS-GO 2019. IX. Cooperação entre Poder Público e a sociedade na preservação e defesa do meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

Art. 3.º Todas as pessoas, físicas e jurídicas, devem promover e exigir medidas que garantam a sadia qualidade do meio ambiente, da vida e da diversidade biológica no desenvolvimento de suas atividades, assim como corrigir ou fazer corrigir, às suas expensas, os efeitos da atividade degradadora ou poluidora por elas desenvolvidas.

§ 1º Qualquer pessoa legalmente identificada, ao constatar infração ambiental decorrente de empreendimento ou atividade utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores, pode dirigir representação ao Órgão Ambiental Municipal, para efeito do exercício de seu poder de polícia.

§ 2º O Poder Público responderá às denúncias no prazo máximo de 90 (noventa) dias, podendo ser aumentado, motivadamente, considerando as peculiaridades de cada caso;

§ 3º É garantido ao cidadão o direito de acesso à informação, inclusive no tocante aos recursos ambientais, em conformidade com a legislação vigente.

§ 4º A divulgação dos níveis de qualidade dos recursos ambientais deverá ser acompanhada da indicação qualitativa e quantitativa das principais causas de poluição ou degradação.

§ 5º Os efeitos da atividade degradadora ou poluidora serão corrigidos às expensas de quem lhes der causa.

Art. 4.º Constitui obrigação do Poder Público, sempre que solicitado e respeitado o sigilo industrial, divulgar informações referentes a processos e equipamentos vinculados à geração e ao lançamento de poluentes no ambiente, bem como os seus riscos ambientais decorrentes de empreendimentos públicos ou privados. Parágrafo único. O respeito ao sigilo industrial deverá ser solicitado pelo interessado através de justificativa que ampare sua pretensão frente ao direito de acesso à informação previsto.

Art. 5.º O Poder Público compatibilizará as políticas de crescimento econômico e social às de proteção do meio ambiente, tendo como finalidade o desenvolvimento integrado, duradouro, harmônico e sustentável. 3 MINUTA DE PROJETO DE LEI – CÓDIGO DE MEIO AMBIENTE DE ANÁPOLIS-GO 2019.

§ 1º As atividades que forem potenciais ou efetivamente poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais, consideradas de impacto local pelo órgão estadual conforme resolução específica, deverão ser precedidas de licenciamento ambiental a ser emitido pelo Órgão Ambiental Municipal.

§ 2º Ficarão a cargo do empreendedor todos os custos decorrentes de sua atividade, inclusive os necessários ao licenciamento, à compensação, recuperação e à manutenção dos padrões de qualidade ambiental.

Art. 6.º Os empreendimentos e as atividades de quaisquer naturezas, deverão ser dotados de meios e sistemas de segurança contra acidentes que possam pôr em risco a saúde pública ou o meio ambiente.

Art. 7.º O interesse coletivo terá prevalência sobre o privado, no uso, na exploração, na preservação e na conservação dos recursos ambientais com vistas à sadia qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável.

Art. 8.º Os órgãos e entidades integrantes da administração direta e indireta do Município deverão colaborar com o Órgão Ambiental Municipal quando da solicitação de recursos humanos, técnicos, materiais e logísticos, com a finalidade de garantir a plena

aplicação dos preceitos de que trata esta Lei. Parágrafo único. A Prefeitura deverá possuir nos quadros do órgão municipal do meio ambiente, ou a disposição deste, profissionais legalmente habilitados para a realização do licenciamento ambiental investidos, mediante aprovação em concurso público, em cargos de provimento efetivo criados em lei compatíveis com o desempenho desta função, de acordo com o Art. 5º, parágrafo único da LC 140/2011.

Art. 9.º Compete ao Poder Público e ao Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA criar estratégias visando à proteção e à recuperação dos processos ecológicos essenciais para a reprodução e manutenção da vida.